

Relatório e Contas

Anual 2025



ÍNDICE

I. Relatório de Gestão	2
1.1 Apreciação pelo Conselho de Administração	2
1.2 A Empresa	3
1.2.1 Enquadramento Jurídico	3
1.2.2 Missão	4
1.2.3 Responsabilidades e Objetivos	5
1.2.4 Enquadramento regulamentar	6
1.2.5 Órgãos Sociais	7
1.2.6 Organograma	8
1.2.7 Recursos Humanos	8
1.2.8 Distribuição por categoria Profissional	9
1.2.9 Categoria Profissional	10
1.2.10 Diversidade de Género e Idade	10
1.3 Principais Atividades	12
1.3.1 Contratos	12
1.3.2 Volume de Água Faturado	12
1.3.3 Serviços executados	13
1.3.4 Reclamações e análises de contas	13
1.3.5 Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais	14
1.3.6 Recolha de Resíduos Urbanos	22
1.4 Fiscalização e Serviços	25
1.5 Educação Ambiental	27
1.6 Qualidade Ambiente e Segurança	38
1.6.1 Segurança e Higiene no Trabalho	38
1.7 Indicadores de Desempenho	44
1.8 Desempenho Financeiro	44
1.8.1 Análise Económica	44
1.8.2 Análise Financeira e Patrimonial	48
1.8.3 Evolução Previsível da Empresa	51
II. Demonstrações Financeiras	52

I. RELATÓRIO DE GESTÃO

1.1 APRECIÇÃO PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

No ano de 2025, a Praia Ambiente obteve um resultado líquido negativo de 162.739,54 euros, numa descida de 110% face a 2024, fruto do aumento dos gastos com pessoal e dos constantes aumentos dos preços dos gastos com fornecimentos e serviços externos.

A nível dos Rendimentos obtidos, salienta-se a diminuição das Vendas e Prestação de Serviços em 4% para os 3.735.560,47 euros fruto do aumento do número de pessoas a usufruir do desconto da tarifa social. Os Subsídios à Exploração foram de 474.204,54 euros subindo 32% face ao ano anterior.

Quanto aos Gastos realizados, o Custo da Mercadoria Vendida e das Matérias Consumidas diminuíram 45% para os 32.887,40 euros.

Os Fornecimentos e Serviços Externos subiram 7% para os 1.572.783,66 euros, os Gastos com o Pessoal foram de 2.060.197,92 euros aumentando 13% fruto das atualizações salariais realizadas, do aumento do salário mínimo regional e da contratação de 6 novos colaboradores. Registaram-se Imparidades de Dívidas a receber de 15.915,06 euros o que indicia uma melhoria nos recebimentos de clientes em mora. Na rubrica Outros Gastos nota-se um decréscimo de 33% face ao ano anterior. Na rubrica Juros e Gastos Suportados, houve um acréscimo de 32% face ao ano anterior essencialmente pela atualização das taxas de juro.

Relativamente a Investimentos, salienta-se a aquisição de uma máquina giratória, a aquisição de uma viatura, aquisição de diversas bombas para os nossos reservatórios e de contentores de lixo.

1.2 A EMPRESA

1.2.1 ENQUADRAMENTO JURÍDICO

A Praia Ambiente, E.M. assume desde 2007 a responsabilidade por assegurar continuamente o fornecimento de água de qualidade aos seus clientes, gerir com eficiência a rede de drenagem de águas residuais e assegurar o seu tratamento, e a recolha atempada e integral de resíduos urbanos. Estas competências foram delegadas à Praia Ambiente, E.M., pela Câmara Municipal da Praia da Vitória, em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto.

Foi criada na sequência das deliberações da Câmara Municipal da Praia da Vitória, de 29 de setembro de 2006, ao abrigo do disposto na alínea a), do n.º 1 e n.º 3, do artigo 4º, da Lei n.º 58/98, de 18 de agosto e alínea l), do n.º 2, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro. É uma empresa de gestão de serviços de interesse geral e de promoção do desenvolvimento local e regional, de natureza municipal, nos termos dos artigos 45º e 48º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, pessoa coletiva de direito privado, designada por entidade empresarial local dotada de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, ficando sujeita à tutela e superintendência da Câmara Municipal da Praia da Vitória.

A regulação e supervisão das atividades desenvolvidas pela Praia Ambiente, E.M. são asseguradas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos dos Açores-ERSARA, de acordo com o disposto da alínea e) do artigo 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 8/2010/A, de 5 março.

1.2.2 MISSÃO

É missão da Praia Ambiente, E.M., assegurar continuamente o fornecimento de água em quantidade e qualidade aos seus clientes, gerir com eficiência a rede de drenagem de águas residuais e assegurar o seu tratamento, a recolha atempada e integral de resíduos urbanos e a limpeza pública contribuindo decisivamente para a excelência da qualidade de vida dos cidadãos do concelho da Praia da Vitória.

Garantir a melhoria continua da prestação dos serviços de águas, saneamento e recolha de resíduos a todas as partes interessadas.

Promover a manutenção e conservação das infraestruturas e a gestão do património edificado.

Assegurar a estabilidade económica e financeira da Empresa, aplicando uma gestão contemporânea e sustentável, eficaz e respeitadora do estrito cumprimento dos requisitos legais e normativos e da equidade social.

Assegurar uma cultura de segurança, saúde e bem-estar dos trabalhadores, promovendo a aprendizagem e desenvolvimento pessoal.

1.2.3 RESPONSABILIDADES E OBJETIVOS

A Empresa assume grandes responsabilidades perante os seus clientes, munícipes do concelho de Praia da Vitória, enquanto razão principal da sua atividade e merecedores da maior qualidade no usufruto dos serviços prestados.

A Empresa deverá enquadrar a sua estratégia e atividade decorrente do estrito cumprimento da política definida pelo Executivo da Câmara Municipal de Praia da Vitória, seu acionista único e, como tal, detentor da capacidade de exercer uma superior orientação programática.

A Empresa deverá garantir condições logísticas de eficácia e segurança aos seus trabalhadores, mormente nas condições logísticas e técnicas garantidas para exercerem as suas funções e no cumprimento de uma política de incentivo à produtividade e à constante formação pessoal e profissional.

Objetivos

Proporcionar aos clientes um serviço de abastecimento de água de alta qualidade com um custo respeitador dos princípios da justiça social e cumprindo o princípio legal do utilizador-pagador, garantindo ainda o correto funcionamento do sistema e a célere resolução de problemas técnicos surgidos.

Proporcionar aos clientes um serviço de saneamento e de recolha de resíduos urbanos eficazes, garantindo ainda o correto funcionamento dos sistemas e a célere resolução de problemas técnicos surgidos.

1.2.4 ENQUADRAMENTO REGULAMENTAR

A Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos dos Açores (ERSARA) é uma pessoa coletiva de direito público, dotada de personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira, que tem por missão a regulação dos setores de água e dos resíduos, incumbindo-lhe exercer funções reguladoras e orientadoras nos setores de abastecimento público de água para consumo humano, das águas residuais urbanas e dos resíduos e, complementarmente, funções de fiscalização e controlo da qualidade da água para consumo humano, nos termos previstos no Decreto Legislativo Regional n.º 8/2010/A, de 5 de Março.

A regulação tem como principal objetivo a proteção dos interesses dos utilizadores, através da promoção da qualidade de serviço prestado pelas entidades gestoras e da garantia de Tarifários socialmente aceitáveis, materializada nos princípios de essencialidade, indispensabilidade, universalidade, equidade, fiabilidade e de custo eficácia associada à qualidade de serviço e evitando possíveis abusos decorrentes dos direitos de exclusivo, por um lado, no que se refere à garantia e ao controlo da qualidade dos serviços públicos prestados e, por outro, no que respeita à supervisão e ao controlo dos preços praticados, que se revela essencial por se estar perante situações de monopólio natural ou legal. Os direitos dos consumidores são defendidos promovendo a qualidade dos serviços prestados pelas entidades gestoras num quadro de sustentabilidade económica do sistema.

1.2.5 ÓRGÃOS SOCIAIS

A 31 de dezembro de 2025, os órgãos sociais da Praia Ambiente, E.M., são constituídos por:

Conselho de Administração

Presidente do Conselho de Administração

Emanuel Raimundo Pereira de Sousa

Administrador Executivo

Paulo Jorge da Silva Ribeiro

Administrador Não Executivo

John Azevedo Branco

Assembleia Geral

Câmara Municipal da Praia da Vitória

Fiscal Único

M. Cunha & Associado, SROC

1.2.6 ORGANOGRAMA

A estrutura orgânica da Praia Ambiente, E.M. é a que se apresenta no organograma da figura 1, a qual divide-se em três áreas operacionais.

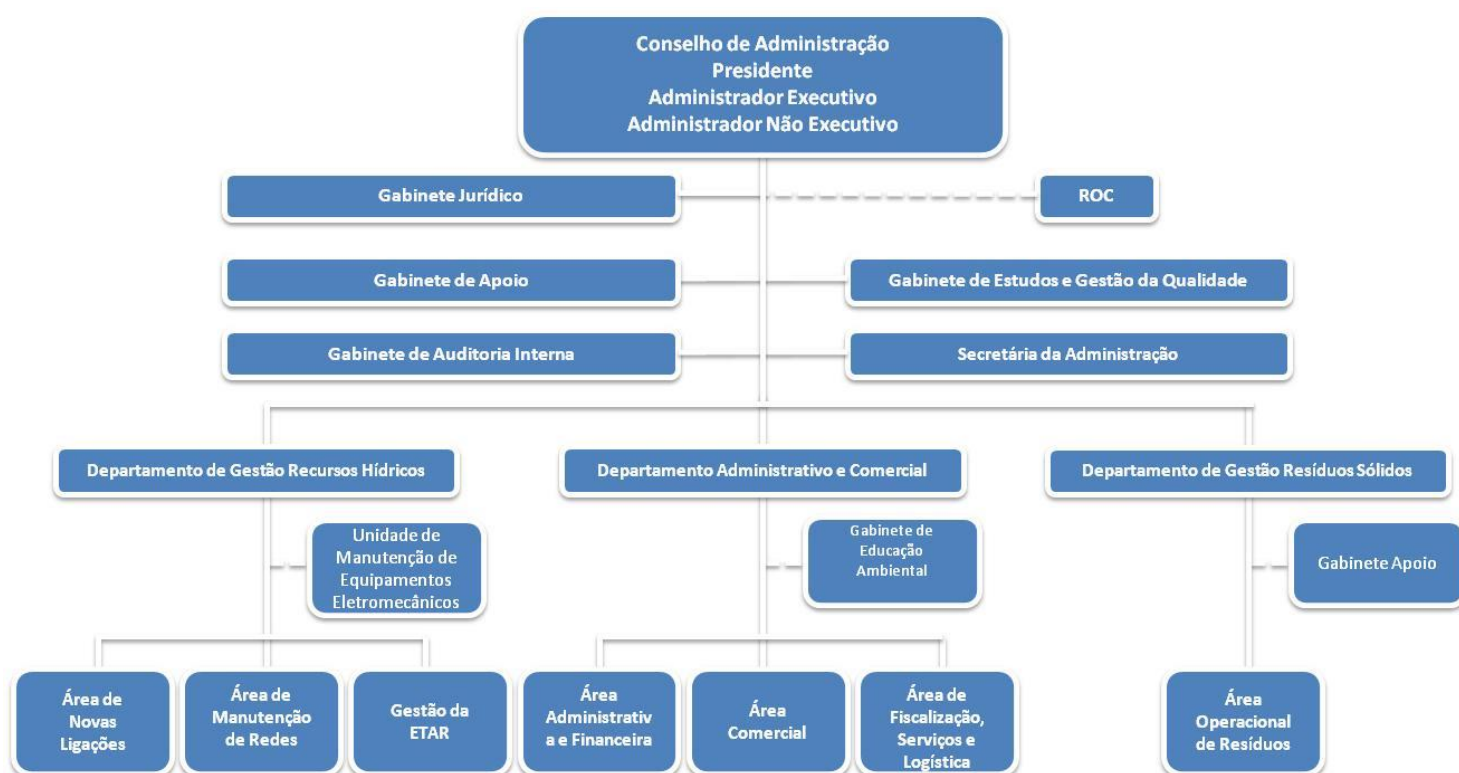


Figura 1 - Organograma da empresa.

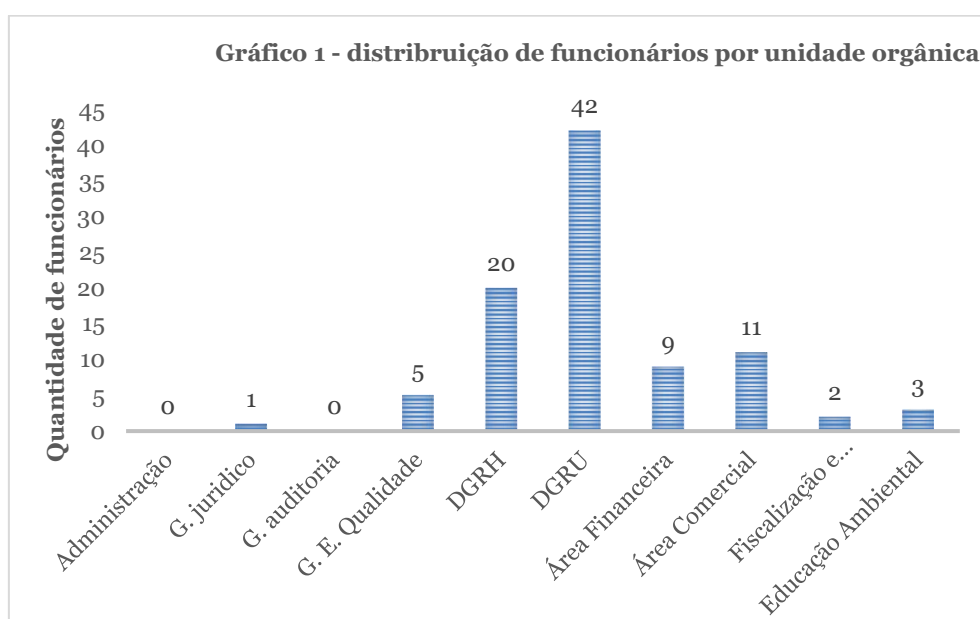
1.2.7 RECURSOS HUMANOS

A 31 de dezembro de 2025 a empresa integrava 93 funcionários, dos quais 11 são cedidos através da celebração de Acordo de Cedência de Interesse Público com a Câmara Municipal da Praia da Vitória e 82 funcionários pertencem ao Quadro de Pessoal da Praia Ambiente, E.M.

1.2.8 DISTRIBUIÇÃO POR CATEGORIA PROFISSIONAL

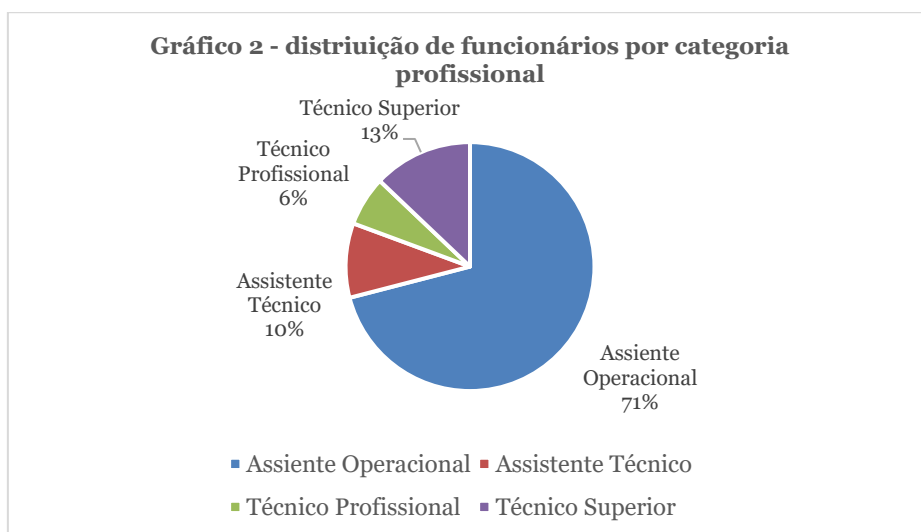
A 31 de dezembro de 2025 o Quadro de Pessoal tinha a seguinte distribuição por unidade orgânica:

- Administração (administrador executivo)
- Gabinete Jurídico
- Gabinete de Auditoria
- Gabinete Estudos e Qualidade
- Departamento Gestão Recursos Hídricos
- Departamento Gestão Resíduos Urbanos
- Área Financeira
- Área Comercial
- Fiscalização e Serviços
- Educação Ambiental



1.2.9 CATEGORIA PROFISSIONAL

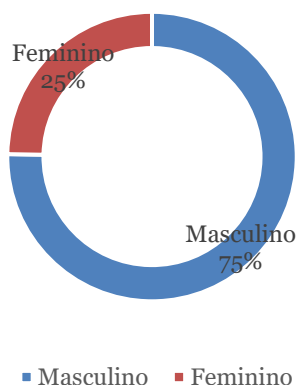
De um total de 93 funcionários, 71% integram a carreira de assistente operacional, 13% integram a carreira de técnico superior, 10% integram a carreira de assistente técnico enquanto que 6% integram a carreira de técnico profissional.



1.2.10 DIVERSIDADE DE GÉNERO E IDADE

A distribuição dos funcionários por género evidencia uma preponderância dos homens em relação às mulheres, situação que se deve ao carácter iminentemente operacional das atividades desenvolvidas pela empresa. Dos 93 funcionários a laborar na Praia Ambiente EM., 23 são mulheres e 70 são homens, isto é, 25% para 75% respetivamente.

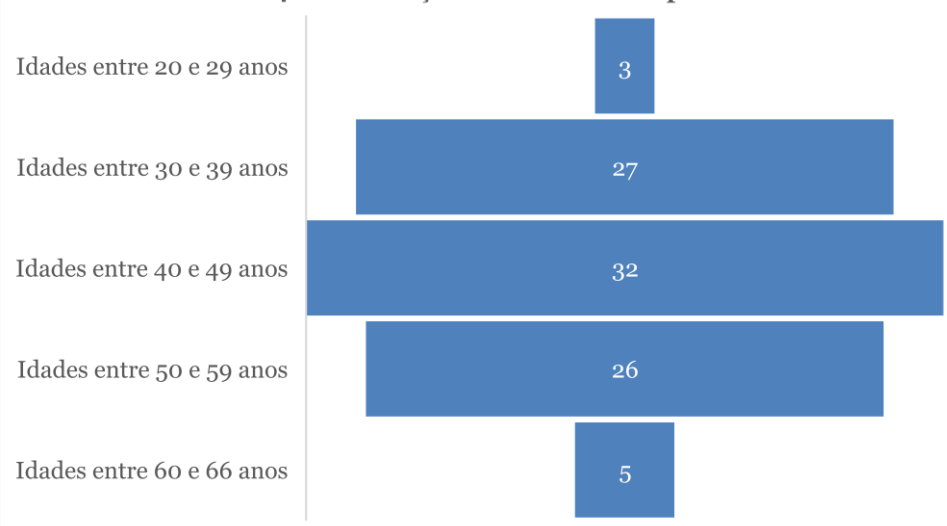
Gráfico 3 - distribuição de funcionários por género



Relativamente à distribuição por idades verificamos que existe uma maior concentração de funcionários na faixa etária entre os 40 e os 49 anos com 32 funcionários, seguindo - se a faixa etária entre os 30 e 39 anos em que constam 27 funcionários.

A faixa dos 50 a 59 anos contém 26 funcionários, e por último estão as faixas etárias entre 60 e 66 anos com 5 funcionários e também dos 20 aos 29 anos que regista apenas 3 funcionários ao serviço.

Gráfico 4 - distribuição de funcionários por idade



1.3 PRINCIPAIS ATIVIDADES

1.3.1 CONTRATOS

No final de 2025 o número de contratos ativos encontrava-se distribuído tal como demonstra o quadro abaixo, num total de 11 835 contratos.

Quadro 1 – Número de contratos ativos por tipologia

Tipo de cliente	2025
Contratos Ativos	11 835
<i>Doméstico</i>	9 690
<i>Não Doméstico</i>	2 145

1.3.2 VOLUME DE ÁGUA FATURADO

No que respeita ao volume de água a Praia Ambiente, E. M. faturou 1 470 558 m³ em 2025, o que equivale a uma média diária de 4.028 m³.

O uso doméstico é o tipo de uso com maior expressão em termos de consumo, 988 944 m³, como documenta o quadro abaixo.

Quadro 2 – Volume de água consumido por tipologia de cliente (m³)

Tipo de utilização	2025
<i>Agropecuária</i>	153 813
<i>Doméstico</i>	988 944
<i>Indústria, comércio e serviços</i>	206 960
<i>Instituições sem fins lucrativos</i>	30 423
<i>Sazonal (obras)</i>	6 405
<i>Organismos Públicos</i>	84 013
Total Geral	1 470 558

1.3.3 SERVIÇOS EXECUTADOS

O número total de ordens de serviço executadas pela Praia Ambiente, E. M. em 2025 foi 4428, designadamente, apreciação de projetos, ramais de água e saneamento, modificação de ramais/contadores, medições técnicas, ligação de contadores, substituição de contadores, levantamento de contadores, corte de contadores, restabelecimentos de água, fiscalizações, deteções de fugas em rede predial, recolhas de monstros, de verdes e de entulho, recolhas extra, outros.

1.3.4 RECLAMAÇÕES E ANÁLISES DE CONTAS

As reclamações apresentadas pelos clientes são uma oportunidade de melhoria dos serviços prestados, permitindo prevenir situações que lhes deram origem e ir ao encontro das suas expetativas, preocupações e objetivos.

As reclamações podem ser feitas presencialmente, por email, por carta, telefone ou através do site da empresa.

As respostas às reclamações são dadas no prazo máximo de 10 dias úteis, não obstante o Decreto-lei nº 194/2009, de 20 de agosto, definir 22 dias úteis.

Em 2025 foram tratadas 105 reclamações, assim distribuídas:

Quadro 3 – Reclamações

<i>Motivos</i>	2025
<i>Leitura, faturação e cobrança</i>	39
<i>Tarifário</i>	1
<i>Atendimento</i>	13
<i>Contratação, ligação e disponibilidade</i>	5
<i>Qualidade da água</i>	1
<i>Falha de abastecimento de água</i>	1
<i>Pressão de serviço de água</i>	4
<i>Resíduos - Recolha</i>	16
<i>Resíduos - Contentores</i>	3
<i>Limpeza urbana</i>	1
<i>Outros</i>	21
Total Geral	105

1.3.5 ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

1.3.5.1 ABASTECIMENTO DE ÁGUA

No âmbito das suas competências, a Praia Ambiente, E.M. é responsável pela exploração e manutenção do sistema de abastecimento de água do concelho da Praia da Vitória. Este abrange uma área de 162 km² e uma população residente de 19.463 habitantes (censos 2021). É composto por 4 subsistemas de distribuição de água: o Subsistema Agualva/Praia, o Subsistema Fonte do Bastardo/Porto Martins/Cabo da Praia, o Subsistema Quatro Ribeiras e o Subsistema Caparica/Biscoitos.

A água é captada em 8 furos subterrâneos e 10 conjuntos de nascentes localizados no concelho da Praia da Vitória, aduzida até 26 reservatórios, com uma capacidade de reserva disponível de 8 099 m³/dia e distribuída através de um sistema de condutas, com 312,2 km de comprimento e 13.421 ramais de ligação.

Em 2025, foram realizados trabalhos de substituição de equipamentos eletromecânicos e implementadas melhorias a nível das infraestruturas de rede de abastecimento de água por forma a melhorar o seu desempenho e fiabilidade. Para tal, procederam-se reparações nas redes de abastecimento de água e drenagem de águas residuais domésticas, as quais:

- Substituição do grupo motor-bomba do Furo da Bica – F8;
- Substituição do grupo motor-bomba do Furo do Pico Celeiro – Fo;
- Execução do prolongamento da rede de abastecimento da Canada do Biscoito - Fonte do Bastardo;
- Substituição de uma bomba elevatória no Reservatório R18 Fonte do Gato – Freguesia de Quatro Ribeiras;
- Execução do prolongamento da rede de abastecimento da Rua Dr. Adolfo Ribeiro Lima – Freguesia de Vila Nova;
- Execução do prolongamento da rede de abastecimento da Rua da Escola Americana – Freguesia de Santa Cruz;

- Execução do prolongamento da rede de abastecimento da Canada do Pechita/Ramo Grande – Freguesia de Biscoitos;
- Execução do prolongamento da rede de abastecimento da canada da Ribeira da Aqualva – Freguesia de Vila Nova;
- Execução do prolongamento da rede de abastecimento na Caldeira – Vila de Lajes;
- Desativação da bomba de pressurização (booster) da Rua do Caldeiro – Biscoitos e instalação de duas válvulas reguladoras de pressão na Rua do Caldeiro para controlo de pressão gravítica – Freguesia de Biscoitos;
- Instalação de uma válvula reguladora de pressão na Rua Brás da Silva – Freguesia de Biscoitos, para controlo de pressão;
- Instalação de uma válvula “altimétrica” CPC 05 Ladeira do Cardoso, com o objetivo da redução efetiva de perdas de água oriundas do Furo das Covas (F6) - Freguesia de São Brás;
- Alteração do circuito hidráulico da freguesia de Biscoitos, com o objetivo de controlo de pressões, de forma a minimizar perdas de água na rede, com a montagem de uma válvula reguladora de pressão instalada no Bairro Às Igrejinhas – Freguesia de Biscoitos;
- Alteração do circuito hidráulico da freguesia das Quatro Ribeiras, através da instalação de válvulas de corte, para controlo de pressões;
- Limpeza e higienização de todos os reservatórios e estações elevatórias;
- Operações de manutenção no Reservatório do Pico Celeiro (Ro) – Freguesia de Santa Cruz;
- Manutenção e reparação das CPC’S, Ladeira do Cardoso CPC05 e Rua do Caldeiro CPC 16;
- Manutenção e reparação do Reservatório IROA RSC3 – São Brás;
- Pavimentação de valas resultantes da execução de ramais de abastecimento, saneamento e avarias;
- Limpeza e manutenção dos espaços verdes envolventes de todas as infraestruturas da Empresa Municipal;
- Substituição de duas eletrobombas da Estação Elevatória de Águas nº12 – Freguesia de Santa Cruz;

- Substituição da eletrobomba da Estação Elevatória de Águas nº13 – Freguesia de Santa Cruz;
- Instalação de cestos de retenção de sólidos nas caixas de passagem de saneamento na Dream Zone e Clube Naval;
- Reparação e manutenção da Estação Elevatória de Águas Residuais nº – Clube Naval;
- Implementação do pré-tratamento biológico de gorduras, através da aplicação de Bio Block's, nas estações elevatórias de águas residuais do Largo da Batalha, Circular Interna e Estrada Militar;
- Limpeza e manutenção dos poços de todas as infraestruturas de águas residuais da Empresa Municipal;
- Reparação de tampas de caixas de visita da rede de saneamento.

Foram executados 44 ramais, 40 de abastecimento de água, 4 de drenagem de águas residuais domésticas.

O controlo do sistema de abastecimento e de saneamento é realizado diariamente, podendo ser acionado, em caso de necessidade, um piquete de intervenção e reparação, durante 24 horas por dia.

1.3.5.2 CONTROLO DA QUALIDADE DA ÁGUA

Assegurar continuamente a distribuição de água com qualidade em todo o sistema de abastecimento de água, constitui um objetivo primordial da Praia Ambiente, E.M..

A gestão da qualidade da água no sistema de abastecimento da Praia Ambiente, E.M. integra as seguintes componentes distintas de controlo:

- Programa de controlo da qualidade da água no sistema de abastecimento da Praia Ambiente, E.M., E. M. (PCQA), no âmbito do qual são realizadas colheitas de amostras de água, efetuadas de modo sistemático pelo Laboratório acreditado, nas torneiras de consumidores, representativas de todo o sistema de distribuição, por forma a obter dados e informações que apoiem e orientem as ações de gestão

da qualidade da água e, consequentemente, suportem a garantia de qualidade do produto “água”.

- O controlo operacional/vigilância consiste em verificar o nível da qualidade da água para consumo humano em toda a extensão do sistema de abastecimento e detetam atempadamente possíveis anomalias, ocasionais ou de carácter sistemático, de modo a permitir que sejam postas em prática medidas preventivas eficazes, o qual inclui a monitorização da qualidade da água de todas as captações de água para consumo humano nos termos do disposto do Decreto-Lei n.º 236/98 de 1 de agosto.
- O Plano de Monitorização Especial, realizado no âmbito do acompanhamento da situação ambiental das áreas de captação dos furos de abastecimento do concelho da Praia da Vitória, com o intuito de assegurar a qualidade da água para consumo humano, nos furos do Pico Celeiro, Juncal, Barreiro, Areeiro e Covas.
- Controlo complementar da qualidade da água, realizado no tratamento de reclamações de qualidade da água e no tratamento de incumprimento de valores paramétricos.

O PCQA elaborado e implementado pela Praia Ambiente, E.M. tem como objetivo a verificação do cumprimento dos valores paramétricos definidos no Decreto-Lei n.º 69/2023, de 21 de agosto, relativos à qualidade da água para consumo humano.

O PCQA integra campanhas de amostragem para:

- Controlo da qualidade da água distribuída no Concelho de Praia da Vitória, através da realização de colheita de amostras de água na torneira do consumidor (abastecimento em baixa);
- Controlo da qualidade da água fornecida à Entidade Gestora do Sistema de Abastecimento de Água do Município de Angra do Heroísmo, através da realização de colheitas de amostras de água no ponto de entrega de água (abastecimento em alta).

O PCQA, no cumprimento da legislação em vigor, é submetido à aprovação da Entidade Reguladora de Serviços de Águas e Resíduos dos Açores (ERSARA), enquanto autoridade componente regional, tendo sido apreciado favoravelmente em virtude de cumprir todas as obrigações legalmente impostas às entidades gestoras de sistemas de distribuição de água destinada ao consumo humano: número e localização de pontos de amostragem, frequência de amostragem e análise, credencial do laboratório que efetua as análises e a adoção de métodos analíticos de referência.

Obedecendo a este plano, a Praia Ambiente, E.M. recolheu na torneira dos consumidores e enviou para o laboratório acreditado 144 amostras referentes ao abastecimento em baixa e seis referentes ao abastecimento em alta, tendo sido realizadas 1657 análises em baixa e 112 em alta.

No ano de 2025, o cumprimento dos valores paramétricos definidos no Decreto-Lei n.º 69/2023, de 21 de agosto, foi de 98,15 % nas torneiras dos consumidores residentes no concelho da Praia da Vitória, à semelhança do ano anterior, e no ponto de entrega aos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo foi de 95,51%.

Conforme o estabelecido no ponto n.º 1, do artigo 32º, do Decreto-Lei n.º 69/2023, 21 de agosto, a Praia Ambiente, E.M. procede à divulgação dos resultados do controlo de qualidade da água do Concelho de Praia da Vitória através dos editais públicos e do *site*, bem como através da sua afixação na loja de atendimento ao cliente.

A Praia Ambiente, E.M., anualmente procede à revisão da Avaliação de Risco do Sistema de Abastecimento de Água do Concelho de Praia da Vitória e submeter à ERSARA para aprovação, conforme disposto nos termos estabelecidos no artigo 14.º-A, Parte A e Parte D do Anexo II do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, e elabora as propostas de PCQA em baixa e alta para o ano seguinte.

Na tabela seguinte apresentam-se os indicadores mais relevantes relativos ao controlo efetuado em 2025.

Quadro 10. Evolução dos Indicadores de Controlo da Qualidade da Água.

Indicadores do Controlo da Qualidade da Água	2024	2025
Programa de Controlo de Qualidade da Água (PCQA) – Abastecimento em Baixa		
Número de análises obrigatórias realizadas à qualidade da água (n.º/ano)	1681	1657
Taxa de execução de análises obrigatórias	100%	100%
Número de análises realizadas aos parâmetros com valor paramétrico (n.º/ano)	1439	1299
Taxa de análises conformes com o valor paramétrico (%)	98,16%	98,15%
Percentagem de Água Segura (%)	98,16%	98,15%
Número de colheitas efetuadas	150	144
Programa de Controlo de Qualidade da Água (PCQA) – Abastecimento em Alta		
Número de análises obrigatórias realizadas à qualidade da água (n.º/ano)	115	112
Taxa de execução de análises obrigatórias	100%	100%
Número de análises realizadas aos parâmetros com valor paramétrico (n.º/ano)	102	89
Taxa de análises conformes com o valor paramétrico (%)	100%	95,51%
Percentagem de Água Segura (%)	100%	95,51%
Número de colheitas efetuadas	6	6

No âmbito do plano de monitorização especial dos furos localizados na envolvente das áreas contaminadas por hidrocarbonetos, que vem sendo realizado deste 2011, são monitorizados um conjunto de 145 parâmetros, os quais para além dos de carácter obrigatório, estabelecidos na legislação nacional, incluem um vasto número de parâmetros definidos na legislação comunitária e internacional, nomeadamente, parâmetros físicos, agregados, inorgânicos não metálicos, metais, hidrocarbonetos totais do petróleo, BTEX, compostos orgânicos voláteis halogenados, compostos orgânicos voláteis não-halogenados e hidrocarbonetos policíclicos aromáticos.

A amostragem e análise dos parâmetros do referido plano, é realizada respeitando os períodos, frequência, métodos de amostragem e limites de quantificação, recomendados pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) e realizados por um laboratório acreditado e independente, contratado pela Praia Ambiente, E.M. para o efeito.

Os resultados obtidos são enviados para a ERSARA, a qual envia para o LNEC para análise, tendo em conta os limiares da qualidade da água para consumo humano estabelecidos na legislação nacional, comunitária e internacional, nomeadamente a Canadiana e Holandesa.

Os resultados das análises de monitorização da qualidade da água dos furos localizados na envolvente das áreas contaminadas por hidrocarbonetos provenientes das instalações de armazenamento de combustíveis da Força Área Americana, evidenciaram que todos os parâmetros determinados se encontram em conformidade com Normas de Qualidade, nomeadamente com a Diretiva das Águas Subterrâneas (DAS), com os Limiares da Qualidade para as águas definidos, pela Agência Portuguesa para o Ambiente e os definidos no Decreto-Lei n.º 208/2008, de 28 de outubro, com Valor Paramétrico, definido no Decreto-Lei n.º 69/2023, de 21 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro, o qual define as normas da qualidade da água destinada ao consumo humano, com os Padrões de Qualidade Subterrânea Canadianos (Standards in a Potable Groundwater Condition (Table 2)) e com legislação holandesa, à exceção dos parâmetros Cloreto e Sódio, no furo de Juncal, Ferro, no furo das Covas e do Vanádio, em todos os furos, resultado das características hidrogeológicas dos aquíferos.

1.3.5.3 DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

A drenagem de águas residuais, no concelho da Praia da Vitória, é efetuada através de uma rede de coletores, constituída por 50,73 km de coletores gravíticos e de condutas elevatórias, e 17 estações elevatórias, que permitem o transporte das águas residuais domésticas até à Estação de Tratamento de Águas Residuais da Praia da Vitória (ETAR₁).

A rede de drenagem abrange as freguesias de Santa Cruz e Vila das Lajes.

No restante concelho, existem soluções individuais de tratamento e ainda, 4 fossas sépticas coletivas, nos seguintes locais:

1. Urbanização da Caparica (Biscoitos - Igrejinhas);
2. Urbanização da Nossa Senhora do Ar (Serra de Santiago);
3. Urbanização na Rua do Batista (Serra de Santiago); e
4. Urbanização de Santa Rita.

Na ETAR, o sistema de tratamento é por lamas ativadas em arejamento prolongado, com tratamento de lamas por desidratação mecânica.

Durante o ano de 2025, foi tratado um total de 352 132m³, verificando-se uma diminuição de 26005m³ (7%) relativamente ao ano anterior. O caudal máximo tratado (41 966m³), registou-se no mês de março, devido às condições meteorológicas, foi um mês extremamente chuvoso. O caudal médio diário de projeto (2250m³/dia), foi ultrapassado 11 vezes. Em 2024, este caudal havido sido ultrapassado apenas 1 vez.

No que diz respeito aos caudais médios diários tratados, passaram de 1034m³/dia em 2024, para 967m³/dia (diminuindo 7%) em 2025.

Para além dos caudais provenientes da nossa rede de drenagem e das nossas fossas sépticas coletivas, também tratamos águas residuais provenientes da limpeza de fossas sépticas particulares e sanitários portáteis, recolhidos por empresas privadas, nomeadamente, a Resiaçores e a AmbienTER.

Durante o ano de 2025, foram realizadas 12 recolhas (1/mês), 100% das análises previstas na nossa Licença de Descarga, registando-se 100% de cumprimento, dos VLE's estabelecidos no Decreto-Lei n.º 152/97, de 19 de junho, que estabelece as normas de descarga de águas residuais no meio aquático.

Para uma eficiente exploração da ETAR da Praia da Vitória, é necessário o cumprimento do Plano de Manutenção Preventiva de Estruturas e Equipamentos.

Para além do cumprimento do Plano de Manutenção Preventiva da ETAR, durante o período em análise, foram efetuadas as seguintes manutenções corretivas e melhorias:

- Reparação do tanque de escumas, com a sua limpeza, substituição das guias das bombas e das próprias bombas;
- Substituição do motor redutor da passadeira de remoção de gorduras;
- Substituição do motor redutor de uma das turbinas dos tanques de arejamento;
- Reparação da tubagem que eleva as escumas para o desarenador;
- Reparação do poço de lamas em excesso, com substituição de guias, tubos de aspiração, bombas de lamas em excesso e bombas de recirculação de lamas; e
- Limpeza e reparação do poço das válvulas das bombas de excesso de lamas e recirculação de lamas (tubagem com grande desgaste e ruturas).

Formação Recursos Humanos:

- Participação na Formação “Operação de ETAR’s com Leitões Perculadores e Lamas Ativadas”, conjunta entre a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e a Empresa Municipal Praia Ambiente, ministrada pela EPAL (Grupo de Águas de Portugal).

1.3.6 RECOLHA DE RESÍDUOS URBANOS

Enquadramento Geral

O Departamento de Gestão de Resíduos Urbanos (DGRU) é responsável pela gestão, coordenação e operacionalização do sistema de recolha de resíduos urbanos (RU) no concelho da Praia da Vitória, bem como pela execução dos serviços de limpeza pública no centro urbano da cidade. A sua atuação tem como objetivo garantir a salubridade dos espaços públicos, a correta gestão dos fluxos de resíduos e o cumprimento das normas ambientais e regulamentares em vigor.

O presente relatório reporta às atividades desenvolvidas durante o período em análise, refletindo o desempenho operacional do serviço, os meios utilizados, os resultados obtidos e os principais constrangimentos identificados.

Âmbito de Atuação e Tipologia de Serviços

Os serviços assegurados pelo DGRU abrangem clientes domésticos e não-domésticos, incluindo habitações, estabelecimentos comerciais, serviços, equipamentos públicos e outros utilizadores do sistema municipal de gestão de resíduos.

No âmbito das suas competências, o DGRU assegura a recolha e transporte dos seguintes fluxos de resíduos:

Resíduos urbanos indiferenciados;

Resíduos recicláveis;

Resíduos volumosos (monstros);

Resíduos verdes.

Biorresíduos recolhidos no âmbito do projeto piloto em curso na Freguesia do Cabo da Praia

Resíduos de embalagem específicos, no formato de cápsulas de café usadas, recolhidas no âmbito do projeto “Capsulão”

Para além da recolha de resíduos, o DGRU é igualmente responsável pela limpeza urbana do centro urbano da cidade, incluindo ações regulares de varredura, limpeza

manual e outras intervenções necessárias à manutenção das condições de higiene e segurança dos espaços públicos.

Atividades Desenvolvidas

Recolha Regular e Limpeza Urbana

Durante o período em análise, o DGRU assegurou a execução regular das rotas diárias de recolha de resíduos urbanos e dos serviços de limpeza urbana, garantindo a cobertura do território definido e a continuidade do serviço público, em conformidade com o planeamento operacional estabelecido.

Para além das operações regulares, foi igualmente assegurada a recolha semanal de resíduos indiferenciados e recicláveis nas instalações militares da Força Aérea Portuguesa, localizadas na Base Aérea Nº 4, bem como a recolha de resíduos indiferenciados nas instalações militares da Força Aérea Americana, na Base das Lajes, garantindo a continuidade e adequação do serviço nestes equipamentos específicos.

Serviços Complementares

Paralelamente às operações regulares, foram desenvolvidas ações complementares, destinadas a responder a solicitações específicas da população e a necessidades operacionais pontuais, nomeadamente:

Apoio na recolha e gestão e transporte de resíduos num navio da Marinha Portuguesa, atracado no porto militar da Praia da Vitória;

Apoio na recolha e gestão e transporte de resíduos em 6 navios de Cruzeiro atracados no porto comercial do Cabo da Praia

1164 Serviços de recolha de resíduos volumosos (monstros), contribuindo para a remoção adequada de resíduos de grandes dimensões e para a prevenção de deposições indevidas no espaço público;

379 Serviços de recolha de resíduos verdes, associados maioritariamente a trabalhos de manutenção de espaços exteriores, jardins e propriedades privadas.

Desempenho do Sistema e Encaminhamento de Resíduos

No que respeita ao desempenho global do sistema de recolha e encaminhamento de resíduos, durante o período em análise foram registados os seguintes quantitativos:

8870 Toneladas de resíduos indiferenciados, encaminhadas para tratamento na empresa intermunicipal Teramb;

1081 Toneladas de resíduos recicláveis, encaminhadas para valorização na empresa Resiaçores, promovendo a reciclagem e a redução da deposição em aterro.

Estes dados refletem a atividade operacional desenvolvida e a contribuição do serviço para a correta gestão ambiental dos resíduos urbanos no concelho.

Apoio a Eventos e Ações Pontuais

O DGRU assegurou igualmente apoio logístico e operacional a festividades e eventos de interesse municipal.

Este apoio traduziu-se na:

Disponibilização de equipamentos adequados para a deposição de resíduos;

Reforço das ações de recolha e transporte;

Garantia das condições de higiene urbana antes, durante e após a realização dos eventos.

Constrangimentos Identificados

Durante o período em análise, foram identificados constrangimentos de natureza operacional com impacto na capacidade de resposta do serviço, destacando-se:

- A existência de baixas médicas de longa duração, com reflexo na disponibilidade de recursos humanos e na organização das equipas operacionais;
- A ocorrência recorrente de avarias mecânicas na frota de viaturas pesadas afetas ao DGRU, com elevada incidência ao longo do período em análise;
- A inoperacionalidade total de um número significativo de viaturas de recolha, condicionando a execução normal das rotas planeadas;
- A disponibilidade reduzida de equipamentos de deposição de resíduos indiferenciados e recicláveis, limitando a capacidade de resposta a novas necessidades e a substituição de equipamentos danificados e vandalizados.

Estes constrangimentos foram, sempre que possível, mitigados através de ajustes operacionais e reorganização dos meios disponíveis.

Medidas Implementadas

Com vista a garantir a continuidade e qualidade do serviço prestado, foram adotadas diversas medidas, nomeadamente:

Reorganização pontual das equipas e rotas de recolha;

Reorganização da rede municipal de Ecopontos para fazer face a equipamentos danificados;

Colocação, na via pública, de novos equipamentos de deposição de resíduos indiferenciados;

Priorização de intervenções consideradas críticas para a higiene pública;

Articulação com outras unidades orgânicas da Autarquia e entidades externas para fazer face a pedidos extraordinários de recolha e limpeza públicas.

Considerações Finais e Recomendações

De forma global, as atividades desenvolvidas pelo DGRU permitiram assegurar o regular funcionamento do sistema de gestão de resíduos urbanos no concelho da Praia da Vitória, responder às solicitações da população e apoiar iniciativas de relevante interesse municipal.

Para o período seguinte, considera-se relevante:

Avaliar o reforço de meios humanos e materiais;

Promover a revisão e formalização de contratos associados a recolhas específicas;

Promover a revisão dos circuitos de recolha porta-a-porta de resíduos indiferenciados e recicláveis;

Promover o reforço da rede municipal de ecopontos e equipamentos de deposição de resíduos indiferenciados;

1.4 FISCALIZAÇÃO E SERVIÇOS

A área engloba o Sistema de Informação Geográfica (SIG), deteção de fugas de água em redes públicas e privadas, elaboração de peças desenhadas e orçamentos para projetos de execução, orçamentos e as ações de fiscalização inerentes ao cumprimento do Regulamento de Resíduos do Município da Praia da Vitória, bem como do Regulamento do Serviço de Abastecimento Público de Água do concelho de Praia da Vitória.

Conforme se pode constatar pelo quadro xx, em 2025 foram executados os seguintes serviços:

Quadro 11. Tipologia e número de serviços efetuados

Tipologia do Serviço Efetuado	Número
Ação de fiscalização	209
Deteção de fugas em redes prediais	59
Deteção de fugas em redes de abastecimento	14
Processos de ligação de ramais domiciliários e terras	163

O Gabinete de Fiscalização e Serviços participou e acompanhou nos seguintes Projetos e Estudos:

- Colaboração do estudo/ projeto de alteração do circuito hidráulico da freguesia das Quatro Ribeiras;
- Colaboração do estudo/ projeto de alteração do circuito hidráulico da freguesia de Biscoitos;
- Colaboração do estudo/ projeto de controlo de pressões na rede de abastecimento na freguesia de Santa Cruz;
- Colaboração do estudo/ projeto de controlo de pressões na rede de abastecimento na freguesia da Fonte do Bastardo.

No que concerne aos serviços executados no âmbito dos Sistemas de Informação Geográfica, procedeu-se ao cadastro continuo das redes de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, ramais de abastecimento e saneamento e ecopontos:

- Atualização contínua do cadastro de infraestruturas da Praia Ambiente, com base nas novas atualizações da rede de abastecimento de água e saneamento de águas residuais;
- Atualização do cadastro dos Resíduos Sólidos Urbanos;

- Implementação do ArcGis for Water Utilities Standart;
- Atualização geral dos visualizadores do ArcGis Online.

1.5 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Área de Educação Ambiental efetuou várias atividades, das quais se destacam:

- Apuramento e sistematização das boas práticas e projetos desenvolvidos em 2024 pelo gabinete de Educação Ambiental, com vista à sua integração na plataforma ODS Local da CPMV.
- No mês de fevereiro foi desenvolvida a campanha de sensibilização ambiental dedicada à temática dos óleos alimentares usados, com o objetivo de promover o correto encaminhamento deste resíduo para reciclagem. A campanha teve como destinatários os colaboradores da PA e da CMPV, os clientes da PA com endereço de correio eletrónico registado e as Juntas de Freguesia do concelho.
- Elaboração dos certificados de participação e cheques prenda do concurso “Freguesia +Limpa 2024”, para cerimónia de entrega às freguesias premiadas.

	Fonte Bastardo	Santa Cruz	Aqualva	Fontinhas	Lajes
Total PerCapita (kg/hab.)	2,24	2,03	1,91	1,39	1,11
Classificação	1º	2º	3º	4º	5º
Prémio	500€	250€	170€	120€	110€

- No âmbito da comemoração do Dia Mundial da Água, promoveu-se a ação com o objetivo de sensibilizar para a importância da água doce e para a necessidade de uma gestão sustentável deste recurso. Em 2025, a efeméride teve como tema “A Preservação dos Glaciares”, conforme definido pelas Nações Unidas.

A adoção de práticas de gestão sustentável e o reforço da cooperação científica internacional assumem-se como medidas fundamentais para assegurar a conservação dos glaciares, garantindo a disponibilidade futura de recursos hídricos, a prosperidade a longo prazo e a promoção da paz global.

- Elaboração e submissão de candidatura à Sociedade Ponto Verde (SPV), no âmbito do programa de apoio de 2025, subordinada ao tema “Juntos a Reciclar++. Eu Reciclo. E TU?”. A candidatura visou a obtenção de apoio financeiro para a implementação de Ações de Comunicação, Sensibilização e Educação para a reciclagem de embalagens de vidro, tendo como público-alvo prioritário o canal HORECA e a população do concelho. No mês de julho deu-se início à campanha de sensibilização porta a porta, com a entrega de folheto informativo sobre o vidro e bandeira de balcão (mini-flag), aos estabelecimentos HORECA que se empenharam na separação de resíduos. Para chegar à toda a população do concelho, foi colocado um outdoor, que rodou entre 2 locais de entrada ao centro urbano da cidade da Praia da Vitória, de modo a sensibilizar para a separação do vidro, dado que é um resíduo que é produzido em quantidades expressivas na época de verão na nossa ilha e que é infinitamente reciclável.

Candidatura Sociedade Ponto Verde - Juntos a Reciclar ++ 2025 - Eu Reciclo. E TU?							
Descrição	Destinatários	Valor (€) s/IVA		Fornecedor	Orçamento	SPV 40%	PA 60%
Outdoor	População do concelho	Impressão outdoor	195 €	Accional	1 541,00 €	616,4	924,6
		Aluguer espaço 5 meses (266,20€x5)	1 331,00 €				
		Rotação de espaço	15 €				
Mini flags alusivas ao vidro	HORECA	150 mini flags com impressão	3 006,47 €	Ernesto Photography	3 006,47 €	1202,59	1803,88
					4 547,47 €	1818,99	2728,48

-No âmbito da Expo Praia 2025, a PA participou com um stand próprio, alusivo à recolha seletiva de embalagens, com o objetivo de promover a sensibilização ambiental junto do público visitante, tendo a iniciativa decorrido nos dias 28, 29 e 30 de março.

- No âmbito da parceria estabelecida com a CMPV, a PA participou na 5.^a edição do Plogging Challenge Portugal, iniciativa de sensibilização ambiental, caminhada pelo centro urbano, que envolveu 121 alunos do 8.º ano da Escola Vitorino Nemésio, que teve como objetivo a apanha de resíduos no percurso e a sua separação por tipo e sua quantificação.

- No mês de maio, realizou-se a campanha de sensibilização ambiental com o tema da separação de embalagens. A iniciativa incluiu uma exposição demonstrativa sobre a

separação de resíduos de vidro, papel e plástico/metálico, embalagens reais, com o objetivo de sensibilizar os munícipes que visitaram a loja comercial da Praia Ambiente, destacando que os resíduos domésticos, especialmente os resultantes da confeção de alimentos, podem ser reutilizados ou reciclados. A ação também visou esclarecer dúvidas sobre a correta utilização de cada tipo de ecoponto.

- Comemorou-se o Dia Internacional da Reciclagem, estabelecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Neste dia, a Praia Ambiente, E.M. renovou o seu compromisso com a preservação do meio ambiente, promovendo a consciencialização sobre a importância da reciclagem e da sustentabilidade, visando contribuir para a construção de um futuro mais sustentável para as gerações futuras. A empresa realizou uma campanha de sensibilização ambiental dirigida a munícipes, colaboradores e juntas de freguesia, com o objetivo de esclarecer as regras da separação de resíduos de embalagens. Como parte da iniciativa, foi elaborado e divulgado um poster alusivo à temática.

- Preparação dos orçamentos a incluir no projeto da Candidatura “Praia Mais Circular – Reformulação, inovação e aumento da recolha multimaterial no sistema de Resíduos Sólidos Urbanos no concelho da Praia da Vitória”.

A ação “Praia +Circular” promove uma abordagem integrada e participativa de educação ambiental, dirigida a diferentes públicos, combinando informação, envolvimento e reconhecimento para incentivar um concelho mais limpo, consciente e sustentável.

AÇÕES	Qtd.	TOTAL PARCIAL	TOTAL C/ IVA
Ação 1 – Outdoor de Impacto Visual	1	1 647,48 €	1 911,08 €
Ação 2 – Guia Prático de Resíduos (Campanha Porta a Porta)			
Guia prático de Biorresíduos	20000	1 590,00 €	1 844,40 €
Guia prático de Resíduos de embalagens e têxteis	20000	1 590,00 €	1 844,40 €
Ação 3 – Jogo Interativo de Bioresíduos			
Execução e produção de materiais	1	461,10 €	534,88 €
Ação 4 – Selo Ambiental “+Circular”			
Impressão de autoclante	400	86,21 €	100,00 €
Folheto Horeca	1000	205,00 €	237,80 €
Mini Flag balão Horeca	150	3 206,40 €	3 719,42 €
Ação 5 – Rádio Local: Comunicação Criativa			
Execução de música temática aos 3 eixos	1	1 000,00 €	1 160,00 €
Ação 6 – Sensibilização em Eventos e Datas Temáticas			
Rollup	4	303,20 €	351,71 €
Balcão promocional	1	355,14 €	411,96 €
Vinilação de viaturas	3	1 649,45 €	1 913,36 €
TOTAL		12 093,98 €	14 029,02 €

- Em maio, a Praia Ambiente deu início ao projeto-piloto de recolha de cápsulas de café usadas para reciclagem, com a instalação de um “capsulão” na loja comercial. A iniciativa

foi divulgada através de um poster com as regras de deposição de cápsulas e publicada na página de Facebook da empresa.

Durante o mês de junho, os restantes capsulões foram distribuídos pelas freguesias e nos espaços que atendiam aos requisitos definidos pela Direção Regional do Ambiente e Ação Climática.

Este projeto representa um esforço conjunto de promoção da reciclagem, facilitando os processos de recolha e reforçando o compromisso com a sustentabilidade. Inserido na Agenda para a Economia Circular da Região, o projeto-piloto visa implementar a recolha seletiva de cápsulas de café, retirando-as do sistema de resíduos indiferenciados e antecipando futuras exigências ambientais.

A iniciativa foi promovida pelo Governo Regional dos Açores, pela RECAPS e pelos 19 municípios da Região Autónoma dos Açores. No concelho da Praia da Vitória, a Praia Ambiente convidou todas as juntas de freguesia e grandes superfícies comerciais a associarem-se ao projeto.

- A Praia Ambiente participou, no dia 1 de junho, na comemoração do Dia Mundial da Criança, promovido pela CMPV, integrando as atividades de sensibilização ambiental desenvolvidas durante o evento com várias entidades, na Zona Verde.

- Participação na comemoração do Dia Mundial do Ambiente, de 3 a 5 de junho, na Feira do Ambiente, promovida pela CMPV, na Academia. A participação teve como objetivo divulgar práticas de sensibilização ambiental e promover ações de educação para a reciclagem junto dos munícipes e participantes do evento do meio escolar.

- No dia 5 de junho, a Praia Ambiente comemorou o Dia Mundial do Ambiente, em parceria com a iniciativa World Environment Day 2025, sob o tema “Combater a Poluição por Plástico”.

A ação de sensibilização foi desenvolvida através dos seguintes canais:

Página de Facebook da Praia Ambiente;

Email enviado a colaboradores da Praia Ambiente, à CMPV e às juntas de freguesia;

Página de internet da empresa.

O objetivo principal foi promover a consciencialização sobre os impactos da poluição por plástico e reforçar a importância da correta gestão dos resíduos.

- A Praia Ambiente participou, no dia 16 de junho, na Comemoração do Dia Mundial da Criança, realizada na Vila das Lajes. O evento coincidiu com a celebração do fim do ano letivo, incluindo diversas atividades lúdicas e educativas.

A iniciativa foi organizada pela Junta de Freguesia das Lajes e contou com a participação dos alunos do Pré-Escolar e do 1.º Ciclo das escolas da freguesia, nomeadamente da Escola da Aldeia Nova, Padre Lino e BA4.

- O gabinete de Educação Ambiental da Praia Ambiente prestou colaboração na REVESTE – Loja Social da CMPV, fornecendo assistência , 2 dias por semana na loja.

A REVESTE tem como objetivo a troca de artigos de vestuário, calçado, acessórios e brinquedos, tanto para adultos como para crianças, permitindo a substituição de cada artigo por outro similar ou equivalente, até ao limite de 10 artigos por pessoa e desde que se encontrem em boas condições. Esta iniciativa promove uma economia circular de têxteis e afins, incentivando a reutilização e redução de resíduos.

- Durante as Festas da Praia 2025, a Praia Ambiente realizou uma ação de sensibilização dirigida a todos os espaços comerciais de restauração e bebidas presentes no evento, abordando a correta separação de resíduos de embalagens (vidro, papel e plástico/metal) e de óleo alimentar usado (OAU).

A ação consistiu na entrega de posters informativos e na sua afixação nos diversos locais, nomeadamente:

Tasca da Dança de Espada da Vila das Lajes

Espaço Brancos

Espaço Club Naval Delman

Espaço Zona Verde

Espaço Marina

Feira de Gastronomia

Espaço Charcutaria

O objetivo da iniciativa foi promover a consciencialização ambiental, incentivando a separação correta de resíduos e contribuindo para a sustentabilidade das festividades.

- Criação de uma etiqueta de maçaneta de porta, alusiva aos resíduos indiferenciados e ao cumprimento do regulamento municipal de resíduos e às regras de separação dos mesmos. Esta etiqueta tem como objetivo alertar o munícipe, quando este se encontra em incumprimento relativamente ao horário de deposição de resíduos.

- A Praia Ambiente celebrou a 16.ª Semana dos Resíduos dos Açores, integrada na Semana Europeia da Prevenção de Resíduos, com o tema Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (REEE), através de uma ação de sensibilização ambiental.

A ação, intitulada “Na Praia da Vitória: Liga o Valor, Desliga o Resíduo”, teve como objetivo incentivar a reciclagem de REEE. As atividades decorreram entre 22 e 30 de novembro de 2025, abrangendo diversos locais, nomeadamente:

Juntas de freguesia

Casas do povo

Edifícios públicos

Redes sociais da Praia Ambiente

O principal objetivo da iniciativa foi o de promover a consciencialização sobre a correta gestão e reciclagem de equipamentos elétricos e eletrónicos, contribuindo para a redução de resíduos e para a sustentabilidade ambiental.

De modo a abranger toda a comunidade e de uma forma mais criativa, foi elaborado pela TOP FM, um spot , para passar na rádio, durante esta semana.

SPOT

A Praia da Vitória assume o compromisso: Liga o Valor, Desliga o Resíduo!

Os seus equipamentos elétricos e eletrónicos têm valor. Não os deite fora, separe-os corretamente e reduza o impacto ambiental.

Devolva o seu usado na compra de um novo, ou solicite a recolha na Praia Ambiente.

De 22 a 30 de novembro, faça Parte da Solução.

Na Praia da Vitória – Liga o Valor, Desliga e Resíduo e Ligue-se à Sustentabilidade.

- No âmbito da 16.^a Semana dos Resíduos dos Açores, foi realizada uma ação de sensibilização no ATL do Porto Martins, envolvendo 9 crianças com idades entre 3 e 9 anos.

Para esta atividade, foi criado o livro “Ecotécnicos e a Missão dos REEE”, que aborda a importância da separação de Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (REEE) e da responsabilidade ambiental.

No final da sessão, cada criança foi convidada a ilustrar a história, promovendo a sua criatividade e contribuindo para o desenvolvimento cognitivo, ao mesmo tempo que reforçava a mensagem de educação ambiental.

- Durante o mês de novembro, o Gabinete de Educação Ambiental da Praia Ambiente procedeu à atualização de toda a informação referente às campanhas e ações de sensibilização ambiental realizadas em 2025 na plataforma ODSlocal.

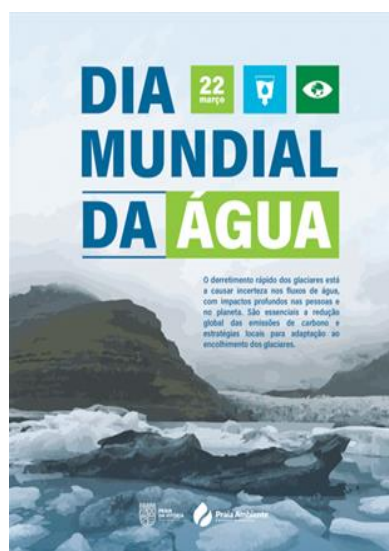
Esta atualização visa garantir a transparência, a disponibilização de dados para consulta pública e o registo sistemático das atividades desenvolvidas, contribuindo para o acompanhamento e avaliação das iniciativas de educação ambiental.

2 FISCALIZAÇÃO

- No âmbito da fiscalização de resíduos junto de clientes domésticos, foram realizadas 3 vistorias de incumprimentos, motivadas por reclamações recebidas.

Estas ações têm como objetivo verificar o cumprimento das normas de deposição de resíduos, assegurar a correta separação e gestão dos resíduos domésticos e responder às solicitações ou queixas dos munícipes, promovendo a melhoria contínua dos serviços prestados, dando cumprimento ao regulamento municipal de resíduos.

3 IMAGENS DAS AÇÕES



Caro(a) Leopoldina Reis / Hugo Gomes,

Recebemos a sua candidatura com sucesso!

Detalhes da Submissão:

- **Data de Submissão:** 25/03/2025
- **Estado Atual:** Submetida

A sua candidatura será agora analisada pela equipa da **Sociedade Ponto Verde** de acordo com os critérios definidos no **Regulamento de 2025**.

Próximos Passos:

- Iremos rever todas as informações submetidas.
- Se necessário, poderá ser contactado para esclarecimentos adicionais.
- Será notificado por email assim que houver uma atualização no estado da sua candidatura.

Pode acompanhar o progresso diretamente na sua **Área do Utilizador**, onde

Todas as pastas estão atualizadas. Ligado a: Microsoft Exchange





DÊ UMA NOVA VIDA ÀS SUAS CÁPSULAS DE CAFÉ

reocaps **Praia da Vitória dá uma nova vida às cápsulas de café.**

O CIRCUITO DE RECOLHA E RECICLAGEM DE UMA CÁPSULA DE CAFÉ:

- 1º Os consumidores colocam as cápsulas nos pontos de recolha da Município;
- 2º A empresa municipal de gestão de resíduos recolhe as cápsulas e entrega a um Operador de Gestão de Resíduos;
- 3º O operador envia as cápsulas para o continente por via marítima;
- 4º O reciclador recebe e trata as cápsulas. Separa os diferentes componentes, transformando o alumínio, o plástico e as borras de café em novos materiais.

Passa colocar toda o tipo de cápsulas? Sim, pode colocar cápsulas de café de plástico ou de metal.
Preciso limpar as cápsulas antes de entregar? Não é preciso limpar as cápsulas, no entanto, é preferível que venham secas.
Passa colocar todas as marcas de cápsulas? Sim, a recolha é multimarca.
Passa colocar as cápsulas dentro de um saco, no capulhão? Sim, pode colocar.
Onde posso colocar as minhas cápsulas? Procure o capulhão mais próximo no Portal dos Resíduos dos Açores.

www.praiaambiente.pt

JUNTOS A RECICLAR ++

**Na minha CASA,
na minha FESTA,
na minha TOURADA, eu RECICLO. E TU?**

Sociedade pontoverde

**EU reciclo.
E TU?**



Regras da Reciclagem
Consigo, o nosso ambiente será melhor!

Praia Ambiente
EMPRESA MUNICIPAL

12 ANOS

VIDRO

DEPOSITAR garrafas, frascos, botões

PLÁSTICO E METAL

DEPOSITAR embalagens de plástico, pacotes de bebida, latas e sacos de plástico

PAPEL E CARTÃO

DEPOSITAR caixas de cartão, revistas e jornais papel de escrita e impressão

Resíduos indiferenciados

De acordo com o Art. 20.º, do Regulamento n.º 222/2011, de 4 de abril, os seus resíduos encontram-se em desconformidade.

Recolhas / Collections:

de: _____ a: _____

entre: _____ e: _____

Outros / Others:

Ecoponto AZUL Papel e cartão

Depositar

- Caixas de cartão;
- Revistas e jornais;
- Papel de escrita e impressor;
- Sacos de papel.

Não depositar

- Papel e cartão sujo de tinta e gordura;
- Papel vegetal;
- Papel plastificado;
- Fraldas.

Ecoponto AMARELO Plástico, metal e ecal

Depositar

- Embalagens de plástico;
- Pacotes de sumo e leite;
- Latas de metal e esferovite;
- Sacos de plástico;
- Pacotes de comida, natus e tomate.

Não depositar

- Pilhas;
- Eletrodomésticos;
- Outros plásticos que não sejam embalagens.

Ecoponto VERDE Vidro

Depositar

- Garrafas;
- Frascos;
- Botões.

Não depositar

- Loças e cerâmicas;
- Vidro de janelas;
- Lâmpadas.

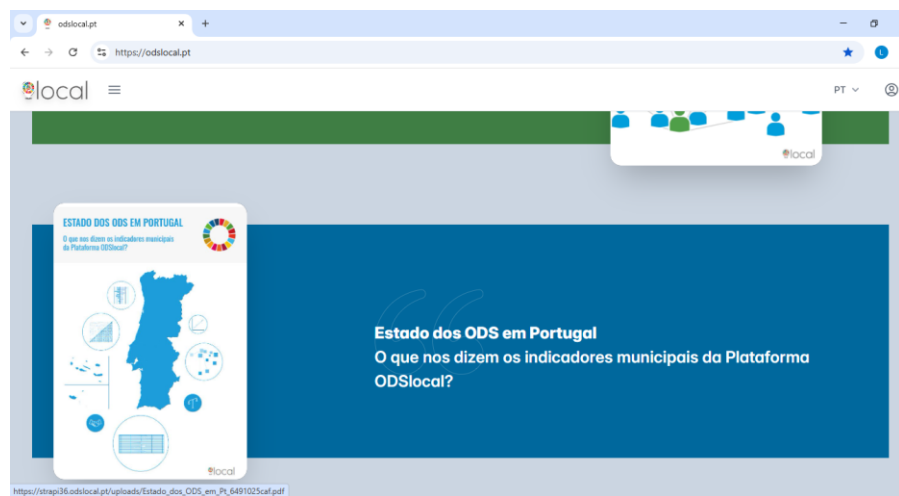
Ecoponto LARANJA Óleos

Depositar

- Óleo alimentar usado.

Não depositar

- Óleos lubrificantes de motores (de origem



1.6 QUALIDADE AMBIENTE E SEGURANÇA

1.6.1 SEGURANÇA E HIGIENE NO TRABALHO

No decorrer de 2025, esta área procedeu, à semelhança do ano transato e em conformidade com as normas de segurança em vigor, à verificação e distribuição dos equipamentos de proteção individual para os diferentes departamentos operacionais da empresa, bem como o acompanhamento das atividades desenvolvidas em toda a empresa, entre outras atividades.

1.6.1.1 INTERVENÇÕES - SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

No ano de 2025, no âmbito da Segurança e Saúde no Trabalho, foram realizadas as seguintes atividades:

- ☐ Atualização da avaliação de riscos da Estação de Tratamento de Águas Residuais;
- ☐ Agendamento e acompanhamento do processo de medicina do trabalho;
- ☐ Acompanhamento da manutenção de espaços verdes do edifício sede da Praia Ambiente;
- ☐ Acompanhamento da implementação do Plano de Controlo de Roedores;
- ☐ Acolhimento dos 6 novos funcionários afetos ao Departamento de Gestão de Resíduos;
- ☐ Elaboração de proposta à alteração ao Regulamento Interno de Alcoolémia e Consumo de Substâncias Psicoativas;
- ☐ Participação na formação de Operação de ETAR's com Leites Percoladores e Lamas atividades, ministrada pela Eng. Tiago Rogado da EPAL – Grupo Águas de Portugal;
- ☐ Análise de fichas técnicas e fichas de dados de segurança dos produtos de limpeza e sabão para lavagem de contentores/viaturas para o ano de 2025 (De acordo com o Regulamento (EU) 2020/878, de 18 de junho);
- ☐ Acompanhamento da montagem do novo Sistema de Alarme e Detecção de Incêndio e de Intrusão do Multi-Serviços da freguesia da Vila Nova;
- ☐ Compilação dos equipamentos de proteção individual a adquirir durante o ano de 2025;

- ☐ Alteração ao Regulamento interno de Prevenção e Detecção do Consumo de Álcool e outras Substâncias em Meio Laboral e ao Regulamento interno de Fardamento e Equipamentos de Proteção Individual;
- ☐ Entrega de equipamento de inverno ao Departamento Hídrico;
- ☐ Acompanhamento e registo da instalação do alarme de intrusão e de incêndio na oficina da Estação de Tratamento de Águas Residuais da Praia da Vitória;
- ☐ Acompanhamento e verificação das condições de segurança dos trabalhos de limpeza das Estações Elevatórias para as festas da Praia da Vitória;
- Realização do simulacro de incêndio no edifício sede da Praia Ambiente, EM/CMPV;
- Análise do Plano de Segurança e Saúde do projeto Praia Menos Perdas;
- Realização de testes de álcool ao Departamento Recursos Hídricos;
- Presença na formação de Gestão e Armazenamento de Materiais Perigosos – Legislação e seu manuseamento, lecionada pelo ERSARA em 27 e 28 de outubro;
- Agendamento e acompanhamento dos cortes de trânsito realizados no centro urbano da Praia da Vitória;
- Acompanhamento da manutenção dos extintores em parceria com os Bombeiros da Praia da Vitória, do edifício sede da Praia Ambiente, Estação de Tratamento de Águas Residuais e viaturas de recolha de resíduos urbanos;
- Acompanhamento e verificação das condições de segurança dos trabalhos de limpeza dos poços de bombagem da rede de saneamento;
- Acompanhamento dos trabalhos diários desenvolvidos no Departamento Hídrico e no Departamento de Resíduos;
- Gestão da manutenção dos espaços verdes da sede;
- Análise dos registos de acidentes de trabalho e proposta de melhorias.

Nos meses de junho e dezembro de 2025, foi realizada a manutenção dos sistemas de ar condicionado da sede da Praia Ambiente e da Estação de Tratamento de Águas Residuais em parceria com a empresa Susiarte.

1.6.1.2 SINISTRALIDADE LABORAL

Em 2025, registou-se um total de 9 acidentes de trabalho, dos quais 8 no Departamento de Gestão de Resíduos Urbanos e 1 no Departamento de Gestão de Recursos Hídricos.

Quadro 16 – Características dos Acidentes de Trabalho 2025

DATA	DEP.	ORIGEM	CONSEQUÊNCIA	DETALHE DA LESÃO
09/01/2025	DGRU	Queda em altura	Entorse	Entorse tornozelo esquerdo
14/01/2025	DGRU	Queda ao mesmo nível	Entorse	Tornozelo e joelho esquerdo
04/02/2025	DGRU	Movimentação de Cargas	Distensão	Costas
12/02/2025	DGRH	Queda ao mesmo nível	Distensão	Costas
28/02/2025	DGRU	Queda	Entorse	Pé
07/04/2025	DGRU	Queda ao mesmo nível	Contusão	Face (acima olho esquerdo)
03/06/2025	DGRU	Choque com objetos	Contusão	Costas
20/10/2025	DGRU	Choque com objetos	Fratura	Dedo da mão direita
23/10/2025	DGRU	Esforço físico	Distensão	Costas e perna direita

Legenda:

DGRU - Departamento de Gestão de Resíduos Urbanos

DGRH - Departamento de Gestão de Recursos Hídricos

AC – Área Comercial

Acidentes 2025

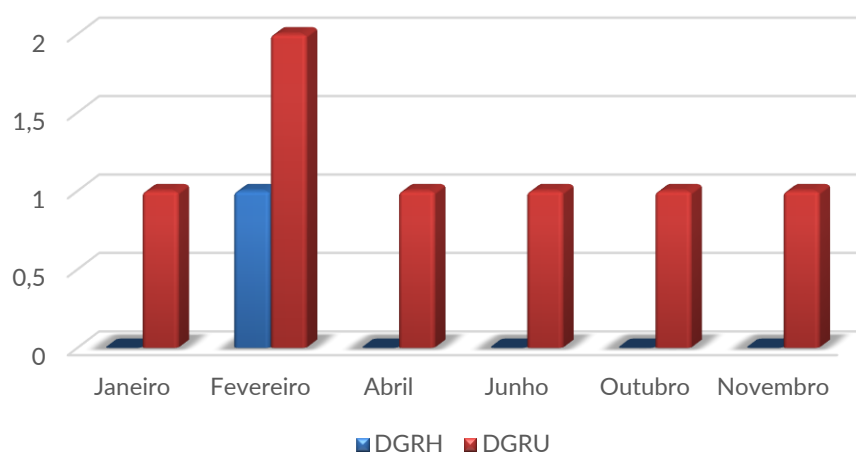


Gráfico 1 – Acidentes de Trabalho ocorridos no ano de 2025

No gráfico abaixo, está representada a comparação da sinistralidade laboral entre 2024 e 2025.

É possível verificar que no ano de 2024 o mês de março foi aquele em que ocorreram mais acidentes de trabalho. Em 2025 o mês de fevereiro foi aquele em que ocorreram mais acidentes de trabalho.

Acidentes Trabalho 2024/2025

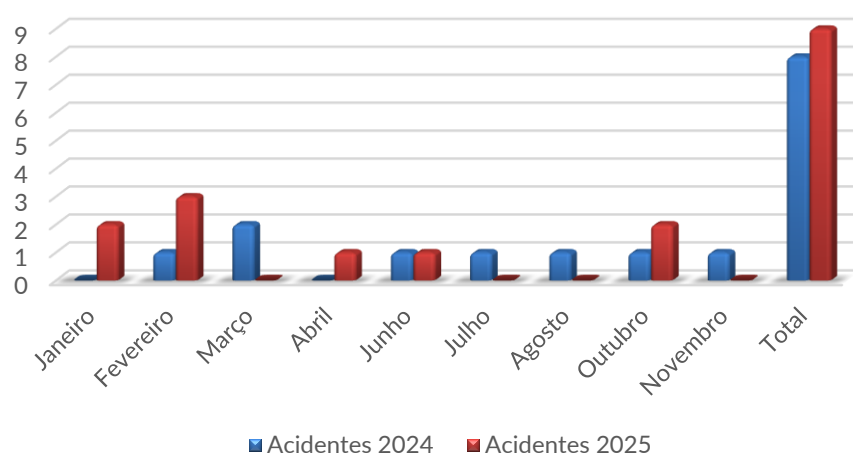


Gráfico 2 – Frequência do número de acidentes por mês em 2024 e 2025

As faltas por incapacidade temporária relativas aos acidentes ocorridos em 2025 totalizaram 58 dias perdidos, um decréscimo relativamente ao ano transato.

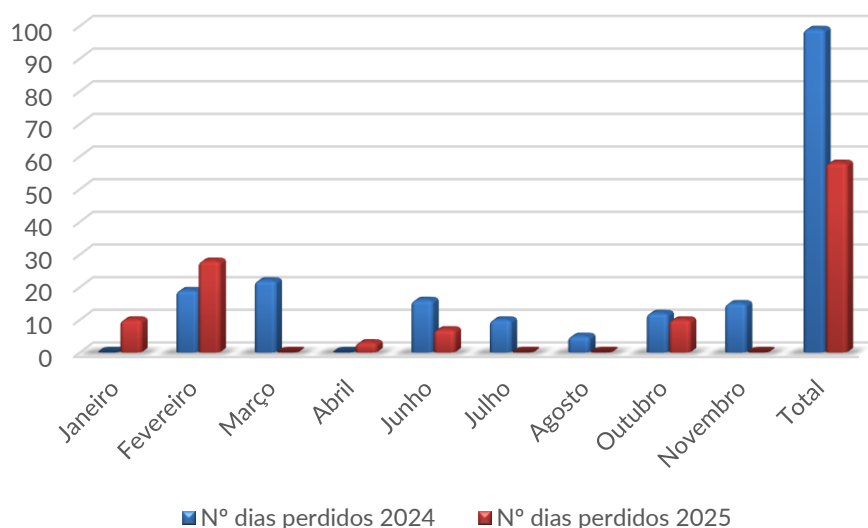


Gráfico 3 – Dias Perdidos - Ano de 2024 e 2025.

1.6.1.3 MEDICINA DO TRABALHO

No ano de 2025, foi dada continuação ao processo de Medicina do Trabalho, tendo-se realizado 51 consultas e exames complementares de diagnóstico, nomeadamente, análises clínicas, conforme planeadas.

Quadro 17 – Quantificação da atividade de Medicina do Trabalho.

DEPARTAMENTO	CONSULTAS
Área Administrativa e Financeira	6
Área Comercial	7
Departamento Gestão de Recursos Hídricos	8
Departamento Gestão de Resíduos Urbanos	24
Gabinete de Estudos e Gestão da Qualidade	2
Educação Ambiental	3
Administração	1

1.6.1.4 REGULAMENTO DE ALCOOLÉMIA

No ano de 2025, foram realizados 41 testes de controlo de alcoolémia ao Departamento de Gestão de Recursos Urbanos e Departamento de Gestão de Recursos Hídricos.

No gráfico abaixo, estão representados os resultados dos testes realizados.

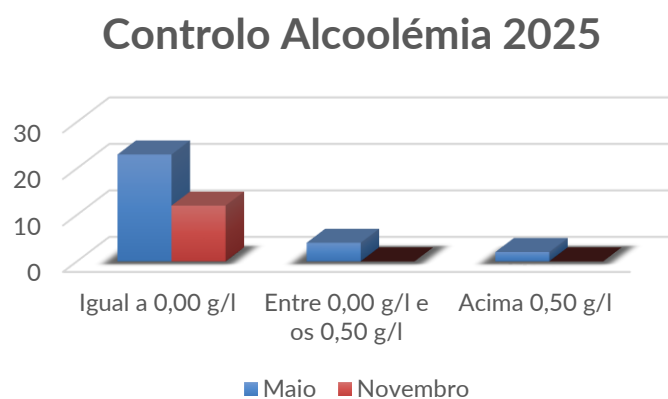


Gráfico 4 – Total de Testes de Controlo de Alcoolémia

1.7 INDICADORES DE DESEMPENHO

No âmbito do Contrato de Gestão Delegada celebrado entre o Município da Praia da Vitória e a Praia Ambiente, E.M., foram definidos objetivos estratégicos integrados para o setor, materializados em indicadores de cobertura e de qualidade de serviço, de desempenho ambiental, de produtividade e de eficiência de gestão.

Os indicadores a monitorizar foram definidos tendo por base o sistema de indicadores de qualidade do serviço utilizado pela Entidade Reguladora de Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) para Portugal continental, uma vez que a ERSARA, à data da celebração do contrato de gestão delegada, ainda não havia definido para a região os indicadores da qualidade de serviço.

1.8 DESEMPENHO FINANCEIRO

Neste capítulo apresenta-se a análise Económica e Financeira da empresa em 2025, bem como a comparação com o período homólogo em 2024.

1.8.1 ANÁLISE ECONÓMICA

1.8.1.1 GANHOS

A 31 de dezembro de 2025 os Ganhos Totais da Praia Ambiente, EM, ascenderam a **4 535 074,65 EUR** e registaram um acréscimo de **1%** face ao período homólogo, tendo como principal causa o aumento dos Subsídios à Exploração, em consequência do aumento do valor do Protocolo de Tarifa Social com a CMPV.

Quadro Evolução dos ganhos totais (EUR).

Rendimentos	31/12/2025	31/12/2024
Vendas e Serviços Prestados	3 735 560,47 €	3 902 732,44 €
Subsídios à Exploração	474 204,54 €	321 640,28 €
Outros Rendimentos e Ganhos	325 309,64 €	267 462,39 €
Total	4 535 074,65 €	4 491 835,11 €

O volume de negócios atingiu os **3 735 560,47 EUR**, diminuindo em 4% por referência ao mesmo período de 2024.

De salientar que a atividade da Praia Ambiente, E.M. nos últimos dois anos caracterizou-se, fundamentalmente, pela prestação dos seguintes serviços:

Quadro Evolução da prestação de Serviços (EUR).

Prestação de serviços	31/12/2025	31/12/2024
Disponibilização de água	498 605,95 €	535 636,43 €
Consumo de água	1 665 760,65 €	1 797 873,88 €
Saneamento	337 334,11 €	348 612,11 €
Recolha de resíduos sólidos	1 017 754,98 €	1 064 506,44 €
Outros serviços	140 228,19 €	59 155,91 €
Resíduos para tratamento	75 876,59 €	96 947,67 €
Total	3 735 560,47 €	3 902 732,44 €

Verificou-se acréscimo nas rubrica “Outros serviços” de **58%**. Por outro lado, as rubricas de “Disponibilização de Água”, “Consumo de água”, “Saneamento”, “Recolha de Resíduos Sólidos” e “Venda de Resíduos para Tratamento” tiveram uma diminuição de **7%, 7%, 3%, 4% e 22%** respetivamente.

1.8.1.2 GASTOS

A 31 de dezembro de 2025 os Gastos Totais, no montante de 4 697 667,68 EUR, apresentaram a seguinte estrutura:

Quadro Evolução dos gastos totais (EUR).

Custos	31/12/2025	31/12/2024
Custo das mercadorias vendidas	32 887,40 €	59 740,42 €
Fornecimentos e serviços externos	1 572 783,66 €	1 469 694,82 €
Custos com pessoal	2 060 197,92 €	1 794 125,86 €
Imparidade de dívidas a receber	15 915,06 €	23 563,21 €
Outros gastos	89 976,34 €	133 861,37 €
Gastos / reversões de depreciação	746 558,83 €	708 123,18 €
Juros e gastos similares suportados	179 348,47 €	263 742,81 €
Total	4 697 667,68 €	4 452 851,67 €

O aumento dos Gastos, em 5% face ao mesmo período de 2024, é essencialmente suportado pelo aumento dos Gastos com Pessoal (13%) e pela diminuição dos Juros suportados (**32%**).

Na estrutura de gastos da Praia Ambiente, E.M., assume particular relevo a rubrica Fornecimentos e Serviços Externos, com um peso de **42%** relativamente ao volume de negócios, e que em 2024 apresenta um aumento de 7% face ao período homólogo:

Quadro Evolução dos Fornecimentos e Serviços Externos (EUR).

Fornecimentos e Serviços Externos	31/12/2025	31/12/2024
Subcontratos - Aterro	361 179,82 €	342 067,93 €
Trabalhos especializados	217 558,27 €	267 073,79 €
Publicidade e propaganda	6 941,76 €	8 190,38 €
Vigilância e segurança	1 371,61 €	0,00 €
Honorários	10 978,00 €	527,48 €
Comissões	1 627,20 €	1 552,79 €
Conservação e reparação equip. b	197 921,02 €	149 739,50 €
Serviços bancários	23 684,16 €	22 879,52 €
Ferramentas e utensílios	111 272,32 €	136 887,74 €
Material de escritório	11 382,02 €	9 937,06 €
Artigos para oferta	1 245,00 €	702,96 €
Electricidade	291 280,98 €	276 163,20 €
Combustíveis - gasóleo	165 296,74 €	113 583,06 €
Combustíveis - gasolina	808,25 €	0,00 €
Óleos e lubrificantes	7 509,96 €	8 150,19 €
Produtos limpeza veículos	3 297,88 €	226,55 €
Produtos tratamento águas	6 787,48 €	8 600,82 €
Deslocações e estadas	1 695,60 €	1 771,82 €
Transportes de mercadorias	755,04 €	1 910,04 €
Aluguer de máquinas	26 544,00 €	15 125,36 €
Comunicação - despesas postais	70 076,09 €	66 394,61 €
Comunicação - telefones	6 614,26 €	6 144,36 €
Comunicação - telemóveis	1 369,80 €	3 143,92 €
Seguros - ramo incêndio/ambiente	18 858,28 €	18 223,26 €
Seguros - viaturas	11 563,44 €	6 640,95 €
Contecioso e notariado	2 991,40 €	2 085,84 €
Despesas de representação	90,00 €	0,00 €
Limpeza higiene e conforto	2 233,20 €	1 971,69 €
Limpeza higiene e conforto	9 850,08 €	0,00 €
Total	1 572 783,66 €	1 469 694,82 €

1.8.1.3 RESULTADOS

O Resultado Líquido de 2025 cifra-se em **162 739,54 EUR** negativos, fruto da diminuição do Resultado Antes de Imposto, a qual foi impulsionado essencialmente pelo aumento dos Gastos com pessoal e nos Fornecimentos e serviços externos, e da diminuição dos Serviços prestados (consumo de água).

Quadro Evolução da Demonstração de Resultados (EUR).

Demonstração de Resultados	31/12/2025	31/12/2024
Vendas e serviços prestados	3 735 560,47 €	3 902 732,44 €
Subsídios à Exploração	474 204,54 €	321 640,28 €
Custo das mercadorias vendidas	-32 887,40 €	-59 740,42 €
Fornecimentos e serviços externos	-1 572 783,66 €	-1 469 694,82 €
Custos com pessoal	-2 060 197,92 €	-1 794 125,86 €
Imparidade de dívidas a receber	-15 915,06 €	-23 563,21 €
Outros rendimentos e ganhos	325 309,64 €	267 462,39 €
Outros gastos e perdas	-89 976,34 €	-133 861,37 €
Resultado antes de depreciações, g	763 314,27 €	1 010 849,43 €
Gastos / reversões de depreciação	-746 558,83 €	-708 123,18 €
Resultado Operacional	16 755,44 €	302 726,25 €
Juros e gastos similares suportados	-179 348,47 €	-263 742,81 €
Resultado antes de impostos	-162 593,03 €	38 983,44 €
Imposto sobre o rendimento do período	-146,51 €	-22 275,42 €
Resultado líquido do período	-162 739,54 €	16 708,02 €

1.8.2 ANÁLISE FINANCEIRA E PATRIMONIAL

Em 2025, o ativo da Praia Ambiente, E.M., atingiu o montante de **9 541 966,64 EUR** e o capital próprio e o passivo eram de **5 020 067,88 EUR** e **4 521 966,64 EUR**, respetivamente.

Quadro Evolução do Balanço (EUR).

Balanço	31/12/2025	31/12/2024
Ativos fixos tangíveis	8 659 602,07 €	9 192 827,48 €
Ativos intangíveis	281,25 €	356,25 €
Outros Investimentos financeiros	6 216,86 €	6 216,86 €
Total do activo não corrente	8 666 100,18 €	9 199 400,59 €
Inventários	102 271,00 €	86 343,06 €
Clientes	287 260,92 €	188 673,21 €
Estados e outros entes públicos	77 220,88 €	56 681,83 €
Outras contas a receber	159 529,41 €	163 360,66 €
Diferimentos	2 331,38 €	33 472,59 €
Caixa e depósitos bancários	247 252,87 €	370 298,61 €
Total do activo corrente	875 866,46 €	898 829,96 €
Total do activo	9 541 966,64 €	10 098 230,55 €
Capital realizado	1 878 348,22 €	1 878 348,22 €
Reservas legais	17 074,17 €	16 238,77 €
Outras reservas	5 814,81 €	5 814,81 €
Resultados transitados	721 496,89 €	705 624,27 €
Outras variações no capital próprio	2 560 073,33 €	2 746 917,04 €
Resultado líquido do período	-162 739,54 €	16 708,02 €
Total do capital próprio	5 020 067,88 €	5 369 651,13 €
Financiamentos obtidos	2 625 825,03 €	3 091 830,71 €
Total do passivo não corrente	2 625 825,03 €	3 091 830,71 €
Fornecedores	608 246,18 €	251 239,54 €
Estados e outros entes públicos	41 056,62 €	43 660,42 €
Financiamentos obtidos	470 452,37 €	644 002,20 €
Outras contas a pagar	776 318,56 €	697 846,55 €
Total do passivo corrente	1 896 073,73 €	1 636 748,71 €
Total do passivo	4 521 898,76 €	4 728 579,42 €
Total do capital próprio e passivo	9 541 966,64 €	10 098 230,55 €

O ativo não corrente registou em 2025 uma diminuição de **6%** e os ativos correntes diminuíram 3% derivado da diminuição da rubrica “Outros créditos a receber” e a rubrica de “Caixa e depósitos bancários”.

As variações ocorridas, quer no Passivo não corrente quer no Passivo corrente, em **-15%** e **14%** respetivamente.

1.8.2.1 INDICADORES FINANCEIROS

Os prazos médios de recebimento/pagamento da empresa, espelhados no quadro seguinte, comparados com o período homólogo de 2024:

Quadro Evolução dos prazos médios de recebimento/pagamento.

Prazo Médio de Recebimento	31/12/2025	31/12/2024
Clientes	287 260,92 €	188 673,21 €
Prestações de serviços	3 735 560,47 €	3 902 732,44 €
PMR	28 dias	17 dias
Prazo Médio de Pagamento	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores	608 246,18 €	251 239,54 €
Fornecimentos e serviços externos	1 572 783,66 €	1 469 694,82 €
PMP	141 dias	62 dias

Em 2025 o prazo médio de recebimento da empresa foi de **28 dias** tendo registado uma variação negativa face a 2024.

Em 2025 o prazo médio de pagamento da empresa foi de **141 dias** tendo registado um aumento face ao mesmo período de 2024.

Outras divulgações

Encontra-se a decorrer o período de solicitação de esclarecimentos e de elementos adicionais, por parte do Tribunal de Contas, no âmbito da internalização dos empréstimos associados a três imóveis pertencentes à Praia Ambiente e utilizados pelo MPV. Caso não se verifique o visto do Tribunal de Contas, não será possível a conclusão do processo de internalização dos imóveis no MPV.

Propomos que o resultado líquido negativo do exercício de 2025 no valor de 162.739,54€ seja aplicado em resultados transitados no valor de 162.739,54€.

Em cumprimento do disposto no artigo 210.º do Código Contributivo, declara-se que a empresa não tem dívidas vencidas à Segurança Social e à Autoridade Tributária.

1.8.3 EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA EMPRESA

Prevê-se que a Praia Ambiente mantenha o seu nível de atividade em 2025, e prestando um serviço de qualidade aos munícipes do concelho da Praia da Vitória.

A nível dos recursos hídricos disponibilizados, deve continuar o trabalho de modernizar a rede, de deteção de fugas de água, e combater as ligações ilícitas e assim diminuir a água não faturada. Prevêem-se investimentos no âmbito do PO2030, que se esperam avançar durante o ano de 2025 e assim melhorar a qualidade do abastecimento de águas, reduzir a fatura energética e assim preservar os nossos furos para uso em anos de maior escassez de água potável.

A nível dos resíduos, deve continuar a difícil tarefa de recolha dos resíduos, um trabalho de elevado desgaste humano e material. A nível de Investimento prevê-se, também, e no âmbito do PO2030, a aquisição de novas viaturas, contentores de indiferenciados e ecopontos, reforçando assim a recolha seletiva no concelho.

O gabinete de educação ambiental continuará a efetuar campanhas de sensibilização, tanto a nível da poupança de água potável, como na área dos resíduos, na separação, reciclagem e separação dos mesmos.

Em consonância com a evolução para 2025, espera-se finalmente o começo da empreitada de execução do Subsistema de água Agualva/Praia, num investimento global de 5.310.000 euros previsto numa parceria financeira entre o Fundo Ambiental e a Praia Ambiente.

Praia da Vitória, 7 de abril de 2026,

II. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Praia Ambiente, E.M. são compostas pelos seguintes documentos:

Balanço;

Demonstração de Resultados por Natureza;

Demonstração de alteração do capital próprio;

Demonstração de Fluxos de Caixa;

Anexo.

Os documentos mencionados foram elaborados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceitos e apresentam a posição financeira da empresa a 31 de dezembro de 2025.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Montantes expressos em euros)

ATIVO	Notas	31 dezembro 2025	31 dezembro 2024
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	7	8 659 602,07	9 192 827,48
Ativos intangíveis	6	281,25	356,25
Outros investimentos financeiros	10	6 216,86	6 216,86
Total do ativo não corrente		8 666 100,18	9 199 400,59
ATIVO CORRENTE:			
Inventários	9	102 271,00	86 343,06
Clientes	10	287 260,92	188 673,21
Estado e outros entes públicos	15	77 220,88	56 681,83
Outros créditos a receber	10	159 529,41	163 360,66
Diferimentos	11	2 331,38	33 472,59
Caixa e depósitos bancários	5	247 252,87	370 298,61
Total do ativo corrente		875 866,46	898 829,96
Total do ativo		9 541 966,64	10 098 230,55
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital subscrito	12	1 878 348,22	1 878 348,22
Reservas legais	12	17 074,17	16 238,77
Outras reservas	12	5 814,81	5 814,81
Resultados transitados	12	721 496,89	705 624,27
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	12	2 560 073,33	2 746 917,04
		5 182 807,42	5 352 943,11
Resultado líquido do período	12	-162 739,54	16 708,02
Total do capital próprio		5 020 067,88	5 369 651,13
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Financiamentos obtidos	13	2 625 825,03	3 091 830,71
Total do passivo não corrente		2 625 825,03	3 091 830,71
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	13	608 246,18	251 239,54
Estado e outros entes públicos	15	41 056,62	43 660,42
Financiamentos obtidos	13	470 452,37	644 002,20
Outras dívidas a pagar	14	776 318,56	697 846,55
Total do passivo corrente		1 896 073,73	1 636 748,71
Total do passivo		4 521 898,76	4 728 579,42
Total do capital próprio e do passivo		9 541 966,64	10 098 230,55

O anexo faz parte integrante deste balanço.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2025	2024
Vendas e serviços prestados	16	3 735 560,47	3 902 732,44
Subsídios à exploração	16	474 204,54	321 640,28
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	-32 887,40	-59 740,42
Fornecimentos e serviços externos	17	-1 572 783,66	-1 469 694,82
Gastos com o pessoal	18	-2 060 197,92	-1 794 125,86
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	10	-15 915,06	-23 563,21
Outros rendimentos	16	325 309,64	267 462,39
Outros gastos	20	-89 976,34	-133 861,37
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		763 314,27	1 010 849,43
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6;7;19	-746 558,83	-708 123,18
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		16 755,44	302 726,25
Juros e gastos similares suportados	21	-179 348,47	-263 742,81
Resultado antes de impostos		-162 593,03	38 983,44
Imposto sobre o rendimento do período	8	-146,51	-22 275,42
Resultado líquido do período		-162 739,54	16 708,02

O anexo faz parte integrante desta demonstração dos resultados por naturezas

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

NO PERÍODO 2024

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos/ outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no início do período	12	1 878 348,22	16 238,77	5 814,81	879 038,21	3 143 980,04	-173 413,94	5 750 006,11
Alterações no período:								
Ajustamentos por impostos diferidos	12	0,00	0,00	0,00	0,00	-131 090,23	0,00	-131 090,23
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	12		0,00		-173 413,94	-265 972,77	84 042,43	-355 344,28
		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>-173 413,94</u>	<u>-397 063,00</u>	<u>84 042,43</u>	<u>-486 434,51</u>
Resultado líquido do período	12						16 708,02	16 708,02
Resultado integral							<u>100 750,45</u>	<u>-469 726,49</u>
Operações com detentores de capital no período								
Realizações de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
Posição no fim do período		<u>1 878 348,22</u>	<u>16 238,77</u>	<u>5 814,81</u>	<u>705 624,27</u>	<u>2 746 917,04</u>	<u>16 708,02</u>	<u>5 369 651,13</u>

NO PERÍODO 2025

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos/ outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no início do período	12	1 878 348,22	16 238,77	5 814,81	705 624,27	2 746 917,04	16 708,02	5 369 651,13
Alterações no período:								0,00
Ajustamentos por impostos diferidos	12	0,00	0,00	0,00	0,00	55 930,65	0,00	55 930,65
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	12	0,00	835,40	0,00	15 872,62	-242 774,36	-16 708,02	-242 774,36
		<u>0,00</u>	<u>835,40</u>	<u>0,00</u>	<u>15 872,62</u>	<u>-186 843,71</u>	<u>-16 708,02</u>	<u>-186 843,71</u>
Resultado líquido do período	12						-162 739,54	-162 739,54
Resultado integral							<u>-179 447,56</u>	<u>-349 583,25</u>
Operações com detentores de capital no período								
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
Posição no fim do período		<u>1 878 348,22</u>	<u>17 074,17</u>	<u>5 814,81</u>	<u>721 496,89</u>	<u>2 560 073,33</u>	<u>-162 739,54</u>	<u>5 020 067,88</u>

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Montantes expressos em euros)

	Notas	2025	2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes	10	3 974 253,19	4 034 226,64
Pagamentos a fornecedores	13	-1 117 165,15	-2 028 257,19
Pagamentos ao pessoal	18	-2 015 145,69	-1 768 530,31
Caixa gerada pelas operações		841 942,35	237 439,14
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	8	-18 711,76	-35 181,46
Outros recebimentos / pagamentos	10	-478 357,70	317 706,07
Fluxos de caixa das atividades operacionais [1]		344 872,89	519 963,75
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	7	-171 875,16	-183 751,29
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao investimento	12	524 886,00	799 475,67
Outros ativos		0,00	0,00
Dividendos		524 886,00	799 475,67
Fluxos de caixa das atividades de investimento [2]		353 010,84	615 724,38
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	13	572 500,00	245 000,00
Juros e gastos similares		4 433,33	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	13	-1 212 055,51	-846 243,57
Juros e gastos similares	21	-185 807,29	-257 078,66
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento [3]		-820 929,47	-858 322,23
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		-123 045,74	277 365,90
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		370 298,61	92 932,71
Caixa e seus equivalentes no fim do período		247 252,87	370 298,61

O anexo faz parte integrante desta demonstração dos fluxos de caixa.

Anexo

Este documento contém as divulgações exigidas pelas Normas de Contabilidade e de Relato Financeiro (NCRF) que compõem o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), em referência ao ano de 2025.

ÍNDICE DO ANEXO:

1. Identificação da entidade
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras
3. Adoção pela primeira vez das NCRF – divulgação transitória
4. Principais políticas contabilísticas
5. Fluxos de caixa
6. Ativos intangíveis
7. Ativos fixos tangíveis
8. Impostos sobre o rendimento
9. Inventários
10. Ativos financeiros
11. Diferimentos
12. Instrumentos de capital próprio
13. Passivos financeiros
14. Outras dívidas a pagar
15. Estado e outros entes públicos
16. Rédito
17. Fornecimentos e serviços externos
18. Gastos com pessoal
19. Depreciações
20. Outros gastos
21. Juros e outros gastos similares
22. Partes relacionadas
23. Divulgações exigidas por diplomas legais
24. Divulgações adicionais
25. Matérias ambientais
26. Subsídios e outros apoios das entidades públicas
27. Acontecimentos após a data do balanço
28. Aplicação de resultados

1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Praia Ambiente, E. M. (“Empresa” ou “Sociedade”) é uma empresa municipal que tem como principal objeto social a captação, tratamento e distribuição de água e ainda a limpeza pública do concelho da Praia da Vitória. Foi constituída em 9 de Outubro de 2006 e tem a sua sede social na Rua do Evangelho, n.º. 1, 9760-456 Praia da Vitória.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Empresa opera.

É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade de operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de agosto, Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, Lei n.º 66-B/2012 de 31 de dezembro, Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de dezembro;

. Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (Modelos de Demonstrações Financeiras);

. Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho (Estrutura Conceptual);

. Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);

. Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de Contas).

Estas demonstrações financeiras refletem as contas individuais da Empresa, preparadas nos termos legais para aprovação em Assembleia Geral de Acionistas.

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da Empresa, foram utilizadas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”), antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo do

recurso supletivo às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, e ainda às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e respetivas interpretações (SIC-IFRIC), sempre que o SNC não contemple aspetos particulares das transações realizadas e dos fluxos ou das situações em que a Empresa se encontre envolvida.

O conjunto dos normativos que integram o SNC foi utilizado pela primeira vez em 2010 para elaboração de demonstrações financeiras completas, passando a constituir o referencial de base para os períodos subsequentes.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Empresa e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no artigo 1.º da Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em Euros.

3 ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCRF – DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIA

Até 31 de dezembro de 2009, a Empresa elaborou, aprovou e publicou, para efeito do cumprimento da legislação comercial vigente, demonstrações financeiras de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal até àquela data, vertidos no Plano Oficial de Contabilidade, Diretrizes Contabilísticas e demais legislação complementar, os quais foram revogados pelos diplomas acima indicados.

O balanço em 31 de dezembro de 2009 e as demonstrações dos resultados, dos fluxos de caixa e das alterações do capital próprio, bem como as respetivas notas anexas do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentadas para efeitos comparativos, foram ajustados em conformidade com as NCRF. Os ajustamentos efetuados com efeito a 1 de janeiro de 2009, data de transição, foram efetuados de acordo com as disposições da NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro.

O efeito dos ajustamentos relacionados com a adoção das NCRF, reportado a 1 de janeiro de 2009, foi registado em resultados transitados, conforme estabelecido na NCRF 3.

4 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

4.1 Bases de mensuração

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

4.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer. Ao custo de aquisição ou produção são deduzidas as depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

<u>Bem</u>	<u>Anos</u>
Terrenos e recursos naturais	—
Edifícios e outras construções	4 - 50
Equipamento básico	4 - 10
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	3 - 8

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

4.3 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente. Em 2025 foi depreciado a uma taxa de 10%, logo estima-se uma vida útil de 10 anos.

4.4 Imparidade de ativos fixos tangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões

de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações) caso a perda não tivesse sido registada.

4.5 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do exercício das várias entidades incluídas no perímetro de consolidação. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a Empresa tem um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal e (iii) a Empresa tem a intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

4.6 Inventários

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença.

O método de custeio dos inventários adotado pela Empresa é o custo médio.

4.7 Política contabilística para subsídios do governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem.

Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam disponíveis.

4.8 Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data. As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como

provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

4.9 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito reconhecido não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com os serviços prestados.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação/serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- ☐ O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- ☐ É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- ☐ Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- ☐ A fase de acabamento da transação/serviço à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

4.10 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

4.11 Uso de estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim

como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

4.12 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“non adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4.13 Dívidas de clientes e outras dívidas de terceiros

Após o reconhecimento inicial, as dívidas de terceiros (clientes e outras dívidas de terceiros) são mensurados ao custo ou ao custo amortizado (se satisfeitas as condições para tal e o efeito da aplicação do método do juro efetivo forem materiais) menos eventuais perdas por imparidade.

Regra geral se o efeito do desconto é imaterial, o custo amortizado destes instrumentos financeiros não difere de forma material do seu valor nominal.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do Balanço.

Para tal, a Entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

No caso de disponibilidade de informação judicial que comprove a existência de ameaças à continuidade das operações do devedor ou à capacidade de satisfazer os seus compromissos ou ainda, a partir do momento em que a Entidade tenha em curso uma ação judicial com vista à cobrança dos seus créditos, são reconhecidas perdas por imparidade correspondentes à totalidade do crédito, deduzido, eventualmente, do valor do imposto sobre o valor acrescentado a recuperar e do montante coberto por seguro de crédito, se existir.

As perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, designadamente no que respeita ao detalhe das operações que integram, sendo que (i) os reforços são reconhecidos como gastos do período, (ii) as reversões, decorrentes da cessação total ou parcial do risco, são reconhecidas nos rendimentos do período, e (iii) as utilizações, para cobertura da perda efetiva do crédito, deduzidas diretamente nas contas correntes.

Quando os valores a receber de clientes ou de outras dívidas de terceiros se encontrem vencidos, e sejam objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

4.14 Dívidas a fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a terceiros (fornecedores e outras dívidas a terceiros a pagar) são registadas ao custo ou custo amortizado.

Regra geral o efeito do desconto é imaterial, pelo que o custo amortizado destes instrumentos financeiros não difere de forma material o seu valor nominal.

O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

4.15 Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Gerência.

Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas (de acordo com o regime do acréscimo) como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se o em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago no período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos (de acordo com o regime do acréscimo na rubrica de “Outras dívidas a pagar”) como benefícios de curto prazo do período a que respeitam os direitos adquiridos.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da Entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

5 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes em dezembro de 2025 e em dezembro de 2024 detalha-se conforme se seguem:

	Saldo inicial	Débitos	Créditos	31/12/2025	31/12/2024
Numerário	8 326,24	225 353,20	227 324,63	6 354,81	8 326,24
Depósitos à ordem	161 972,37	6 319 518,97	6 440 593,28	40 898,06	161 972,37
Depósitos a prazo	200 000,00	0,00	0,00	200 000,00	200 000,00
	370 298,61	6 544 872,17	6 667 917,91	247 252,87	370 298,61

6 ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em dezembro de 2025 e em dezembro de 2024 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Activos		
Saldo inicial	750,00	750,00
Aquisições	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
Saldo final	<u>750,00</u>	<u>750,00</u>
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade		
Saldo inicial	393,75	318,75
Amortizações do exercício	<u>75,00</u>	<u>75,00</u>
Saldo final	<u>468,75</u>	<u>393,75</u>
Activos líquidos	<u>281,25</u>	<u>356,25</u>

7 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Nos edifícios e outras construções constam o Edifício Sede da Praia Ambiente que foi dado garantia ao banco BPG e dos edifícios da Rua de Jesus, Multiserviços do Cabo da Praia e do Multiserviços da Vila Nova que foram dados garantia ao Novo Banco por financiamento concedido.

Durante os exercícios findos em dezembro de 2025 e em dezembro de 2024 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

31-12-2025

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Activos								
Saldo inicial	868 316,88	13 174 753,57	3 285 388,00	450 923,99	168 164,84	61 695,68	13 650,08	18 022 893,04
Aquisições			155 362,55	11 629,35		5 886,60	50 230,00	223 108,50
Alienações								
Transferências e abates			-33 403,61	2 370,49			-9 850,08	-40 883,20
Revalorizações (Nota __)								
Outras variações								
Saldo final	868 316,88	13 174 753,57	3 407 346,94	464 923,83	168 164,84	67 582,28	54 030,00	18 205 118,34
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial		5 425 279,65	2 904 042,57	285 225,21	158 179,41	57 338,72		8 830 065,56
Depreciações do exercício		503 404,97	179 475,23	57 472,94	4 844,51	1 286,18		746 483,83
Perdas por imparidade do exercício								
Reversões de perdas por imparidade								
Alienações								
Transferências e abates			-33 403,61	2 370,49				-31 033,12
Outras variações								
Saldo final		5 928 684,62	3 050 114,19	345 068,64	163 023,92	58 624,90		9 545 516,27
Activos líquidos	868 316,88	7 246 068,95	357 232,75	119 855,19	5 140,92	8 957,38	54 030,00	8 659 602,07

31-12-2024

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Activos								
Saldo inicial	868 316,88	12 107 402,97	3 230 700,25	473 590,66	161 747,24	57 292,86	1 069 418,32	17 968 469,18
Aquisições		1 067 350,60	70 291,68		9 536,81	4 402,82	10 020,79	1 161 602,70
Alienações								
Transferências e abates			-15 603,93	-22 666,67	-3 119,21		-1 065 789,03	-1 107 178,84
Revalorizações								
Outras variações								
Saldo final	868 316,88	13 174 753,57	3 285 388,00	450 923,99	168 164,84	61 695,68	13 650,08	18 022 893,04
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial		4 944 858,48	2 761 072,18	245 485,72	151 057,79	57 292,86		8 159 767,03
Depreciações do exercício		480 440,55	158 065,15	62 406,16	7 090,46	45,86		708 048,18
Perdas por imparidade do exercício								
Reversões de perdas por imparidade								
Alienações								
Transferências e abates			-15 603,93	-22 666,67				-38 270,60
Outras variações		-19,38	509,17		31,16			520,95
Saldo final		5 425 279,65	2 904 042,57	285 225,21	158 179,41	57 338,72		8 830 065,56
Activos líquidos	868 316,88	7 749 473,92	381 345,43	165 698,78	9 985,43	4 356,96	13 650,08	9 192 827,48

Nos Ativos Fixos Tangíveis consta o montante de 968.680 euros, bens sujeitos a registo, cedidos no âmbito do aumento de capital efetuado pelo Município da Praia Vitória em 2011 cuja transferência de titularidade não ocorreu até à presente data.

8 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2020 a 2024 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

A reconciliação entre o resultado antes de imposto e o gasto com imposto sobre o rendimento em dezembro de 2025 e em dezembro de 2024 é detalhado conforme se segue:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Resultado antes de impostos	-162 593,03	38 983,44
Diferenças permanentes:		
Insuficiencia (excesso) estimativa imposto	0,00	0,00
Multas e coimas	484,98	33 567,60
Depreciações e amortizações, perdas imparidade	0,00	0,00
Gastos exercícios anteriores	77 016,41	78 176,39
Outros gastos não aceites	0,00	0,00
Impostos diferidos	0,00	0,00
	0,00	0,00
Prejuízos fiscais a deduzir	0,00	0,00
Lucro tributável	<u>-85 091,64</u>	<u>150 727,43</u>
Colecta sujeita à taxa de 11,90%		
Colecta sujeita à taxa de 14,70%	0,00	22 156,93
Pagamento Especial por Conta	0,00	0,00
Derrama	0,00	0,00
Tributações autónomas	146,51	118,49
Ajustamentos relativos imposto períodos anterior	0,00	0,00
Imposto diferido		
Gasto com impostos sobre o rendimento	<u>146,51</u>	<u>22 275,42</u>
Taxa efectiva	<u>0%</u>	<u>57%</u>

9 INVENTÁRIOS

Em dezembro de 2025 e em dezembro de 2024, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Contadores	25 818,99	18 887,26
Material diverso	<u>76 452,01</u>	<u>67 455,80</u>
	<u>102 271,00</u>	<u>86 343,06</u>

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e variação dos inventários de produção

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em dezembro de 2025 e de dezembro de 2024 é detalhado conforme se segue:

	31/12/2025	31/12/2024
	MP, subsid.	MP, subsid.
	consumo	consumo
Saldo inicial	86 343,06	62 489,92
Compras	62 452,41	97 250,22
Regularizações	13 637,07	13 656,66
Saldo final	102 271,00	86 343,06
Custo das merc. Vendidas e das mat. Consumidas	32 887,40	59 740,42

10 ATIVOS FINANCEIROS

A rubrica **Outros investimentos financeiros** reflete o valor acumulado em 2025 de 6.216,86€ aplicados no Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), o mesmo valor de 2024 que era de 6.216,86€.

O FCT é um fundo de capitalização individual, que visa garantir o pagamento até metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, calculada nos termos definidos para a compensação por despedimento coletivo, e que responde até ao limite dos montantes entregues pelo empregador e eventual valorização positiva.

Clientes e outros créditos a receber

Em dezembro de 2025 e em dezembro de 2024 as contas a receber da Empresa apresentavam a seguinte composição:

	31/12/2025			31/12/2024		
	Quantia	Imparidade	Quantia	Quantia	Imparidade	Quantia
	bruta	acumulada	escriturada líquida	bruta	acumulada	escriturada líquida
Correntes:						
Clientes	420 240,18	132 979,26	287 260,92	305 737,41	117 064,20	188 673,21
Outros créditos a receber	159 529,41	0,00	159 529,41	163 360,66	0,00	163 360,66
Devedores por acréscimos de rendimentos	159 528,61	0,00	159 528,61	157 786,60	0,00	157 786,60
Devedores diversos	0,80	0,00	0,80	5 574,06	0,00	5 574,06
	579 769,59	132 979,26	446 790,33	469 098,07	117 064,20	352 033,87

Dos 132.979,26€ de imparidade acumulada, constam 15.915,06€ de imparidade em dívidas a receber de clientes neste ano, enquanto que em 2024 a imparidade de dívidas a receber era de 23.563,21€. Considera-se que os valores de clientes e de devedores são valores correntes.

11 DIFERIMENTOS

O valor de 2.331,38€ no Ativo representa o montante gasto em seguros que se verificaram neste período, e que dizem respeito ao período subsequente, enquanto que em 2024 esse valor era de 33.472,59€.

12 INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Em dezembro de 2025 o capital subscrito é detido pelo seguinte *acionista*:

Câmara Municipal da Praia da Vitória no valor de 1.878.348,22€

No decurso do exercício de 2025, o resultado líquido do exercício de 2024 foi aplicado da seguinte forma:

<u>Aplicação de resultados</u>	
Reserva legal	835,40
Resultados transitados	15 872,62
	<u>16 708,02</u>

Reserva legal: De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

O valor de 5.814,81€ em **outras reservas** representa reservas livres criadas em 2009 por decisão do Conselho de Administração para aplicação dos resultados de 2008.

O valor de 721.496,89€ em **resultados transitados** representa o acumulado dos resultados líquidos de reservas, enquanto que em 2024 o valor era de 705.624,27€.

O valor de 2.560.073,33€ em **ajustamentos/outras variações no capital próprio** representa subsídios ao investimento comparticipados por fundos comunitários, enquanto que em 2024 o valor era de 2.746.917,04€.

13 PASSIVOS FINANCEIROS

13.1 Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos em dezembro de 2025 e em dezembro de 2024 são detalhados conforme se segue:

Entidade financiadora	31/12/2025			31/12/2024			Vencimento
	Montante utilizado			Montante utilizado			
	Limite	Corrente	Não corrente	Limite	Corrente	Não corrente	
SANTANDER	1 500 000,00	88 017,31	44 830,23	1 500 000,00	85 408,12	133 414,97	2027
SANTANDER	725 000,00	45 901,07	168 356,25	725 000,00	42 942,23	215 111,01	2030
BPG	1 000 000,00	0,00	0,00	1 000 000,00	86 956,12	0,00	2025
CEMAH	200 000,00	11 808,16	78 360,28	200 000,00	11 034,67	91 641,15	2030
NB	800 000,00	43 400,09	305 378,11	800 000,00	45 205,54	344 967,62	2032
BPG	800 000,00	0,00	0,00	800 000,00	89 795,51	0,00	2025
NB	2 100 000,00	119 695,96	1 261 073,11	2 100 000,00	110 192,94	1 389 206,19	2034
CCAM	600 000,00	68 205,24	246 293,44	600 000,00	61 666,09	316 823,48	2030
BPI	300 000,00	29 246,77	151 419,47	300 000,00	35 371,19	173 668,57	2031
BPI	160 000,00	15 264,72	88 973,29	160 000,00	18 989,29	100 174,16	2032
CCAM	400 000,00	43 913,05	281 140,85	400 000,00	38 940,50	326 823,56	2032
CCAM	caucionada	5 000,00		caucionada	17 500,00		
	8 585 000,00	470 452,37	2 625 825,03	8 585 000,00	644 002,20	3 091 830,71	

Prazos de reembolsos

	2025	2024
Corrente	470 452,37	644 002,20
1 a 5 anos	2 072 672,73	2 158 004,14
mais de 5 anos	553 152,30	933 826,57
TOTAL	3 096 277,40	3 735 832,91

Em 31 de dezembro de 2025, o custo médio da dívida, considerando a taxa de juro, os encargos com comissões anuais era de 6,6% (a 31 de dezembro de 2024 era de 7,7%).

13.2 Fornecedores

O valor de 608.246,18€ em **fornecedores** representa contas a pagar reconhecidas ao custo, este valor teve um aumento de 142% em comparação com o valor a 31/12/2024 que era de 251.239,54€. Considera-se que os valores de fornecedores e de credores são valores correntes.

14 OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em dezembro de 2025 e em dezembro de 2024 a rubrica, “Outras dívidas a pagar” apresentava a seguinte composição:

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores de investimentos/Adiantamentos	59 011,06	17 885,12
Credores por acréscimos de gastos	307 218,59	217 131,89
Credores diversos	410 088,91	462 829,54
	<u>776 318,56</u>	<u>697 846,55</u>

15 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em dezembro de 2025 e em dezembro de 2024 as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas				
Pagamentos por conta	13 840,00			
Estimativa de imposto		146,51		4 871,76
Retenção na fonte	843,68			
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares		4 066,91		5 323,00
Imposto sobre o valor acrescentado	62 537,20		56 681,83	
Contribuições para a Segurança Social		36 843,20		33 465,66
Outros impostos				
	<u>77 220,88</u>	<u>41 056,62</u>	<u>56 681,83</u>	<u>43 660,42</u>

16 RÉDITO E OUTROS RENDIMENTOS

O rédito e outros rendimentos reconhecidos pela Empresa em dezembro de 2025 e em dezembro de 2024 é detalhado conforme se segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Prestação de serviços	<u>3 735 560,47</u>	<u>3 902 732,44</u>
Disponibilização de água	498 605,95	535 636,43
Consumo de água	1 665 760,65	1 797 873,88
Saneamento	337 334,11	348 612,11
Recolha de resíduos sólidos	1 017 754,98	1 064 506,44
Outros serviços	180 049,49	116 611,53
Resíduos para tratamento	75 876,59	96 947,67
Descontos e abatimentos	-39 821,30	-57 455,62
Subsídios à exploração	<u>474 204,54</u>	<u>321 640,28</u>
Protocolo Fundo Ambiental	116 286,00	101 275,40
Protocolo Limpeza Urbana CMPV	105 000,00	105 000,00
Contrato Programa Tarifa Social CMPV	240 000,00	115 000,00
Outros	12 918,54	364,88
Outros rendimentos	<u>325 309,64</u>	<u>267 462,39</u>
Correções relativas a períodos anteriores	28 677,87	5 951,25
Imputação de subsídios para investimento	242 774,36	210 094,23
Rendas/Outros	<u>53 857,41</u>	<u>51 416,91</u>
	<u>4 535 074,65</u>	<u>4 491 835,11</u>

17 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em dezembro de 2025 e em dezembro de 2024 é detalhada conforme se segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Subcontratos	361 179,82	342 067,93
Trabalhos especializados	217 558,27	267 073,79
Publicidade e propaganda	6 941,76	8 190,38
Honorários	10 978,00	527,48
Comissões	1 627,20	1 552,79
Conservação e reparação	197 921,02	149 739,50
Serviços bancários	23 684,16	22 879,52
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	111 272,32	136 887,74
Material de escritório	11 382,02	9 937,06
Electricidade	291 280,98	276 163,20
Combustíveis	166 104,99	113 583,06
Oleos e lubrificantes	7 509,96	8 150,19
Produtos limpeza de veículos	3 297,88	226,55
Produtos tratamento de águas	6 787,48	8 600,82
Deslocações e estadas	1 695,60	1 771,82
Transportes de mercadorias	755,04	1 910,04
Rendas e alugueres	26 544,00	15 125,36
Comunicação	78 060,15	75 682,89
Seguros	30 421,72	24 864,21
Limpeza, higiene e conforto	2 233,20	1 971,69
Outros	15 548,09	2 788,80
	<u>1 572 783,66</u>	<u>1 469 694,82</u>

18 GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em dezembro de 2025 e em dezembro de 2024 é detalhada conforme se segue:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Remunerações dos órgãos sociais	43 341,88	40 102,58
Remunerações do pessoal	1 615 279,57	1 396 402,15
Encargos sobre remunerações	351 781,10	299 154,25
Seguros acidente trabalho e doenças profissionais	40 272,66	21 233,30
Outros	9 522,71	37 233,58
	<u>2 060 197,92</u>	<u>1 794 125,86</u>

A 31 de dezembro de 2025 o número de funcionários é de 93, e a 31 de dezembro de 2024 era de 89.

19 DEPRECIAÇÕES

A decomposição da rubrica de “Gastos / reversões de depreciação e de depreciação” nos exercícios findos em dezembro de 2025 e em dezembro de 2024 é conforme se segue:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Depreciações de edifícios e outras construções	503 404,97 €	480 440,55 €
Depreciações de equipamento básico	179 475,23 €	158 065,15 €
Depreciações de equipamento de transporte	57 472,94 €	62 406,16 €
Depreciações de equipamento administrativo	4 844,51 €	7 090,46 €
Depreciações de outras imobilizações corpóreas	1 286,18 €	45,86 €
Depreciações de ativos intangíveis	75,00 €	75,00 €
Ativos fixos	<u>746 558,83 €</u>	<u>708 123,18 €</u>

20 OUTROS GASTOS

Os **outros gastos** reconhecidos no decurso dos exercícios findos em dezembro de 2025 e em dezembro de 2024 são detalhados conforme se segue:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Impostos	12 678,86	19 155,85
Correções relativas a períodos anteriores	77 016,41	78 176,39
Regularizações	77 016,41	67 943,45
Processo reembolso IVA	0,00	10 232,94
Outros	281,07	36 529,13
	<u>89 976,34</u>	<u>133 861,37</u>

21 JUROS E OUTROS GASTOS SIMILARES

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em dezembro de 2025 e em dezembro de 2024 são detalhados conforme se segue:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Juros suportados		
Financiamentos bancários	179 144,39	263 741,56
Juros de mora e compensatórios	204,08	1,25
Gastos de financiamento	<u>179 348,47</u>	<u>263 742,81</u>
	<u>179 348,47</u>	<u>263 742,81</u>

22 PARTES RELACIONADAS

A Empresa é detida em 100% pela entidade Câmara Municipal da Praia da Vitória, sendo as suas demonstrações financeiras consolidadas nesta entidade.

Saldos e fluxos financeiros entre as partes

	31/12/2025			31/12/2024				
	Saldo em	Obrigações	Pagamentos	Saldo em	Saldo em	Obrigações	Pagamentos	Saldo em
	31/12/2024	constituídas	no exercício	31/12/2025	31/12/2023	constituídas	no exercício	31/12/2024
Relações comerciais CMPV/Praia Ambiente	9 323,54	161 080,04	153 881,08	16 522,50	26 431,18	183 729,21	200 836,85	9 323,54
Protocolos/contratos CMPV/Praia Ambiente	3 900,00	400 800,00	408 600,00	-3 900,00	3 900,00	266 800,00	266 800,00	3 900,00
	<u>13 223,54</u>	<u>561 880,04</u>	<u>562 481,08</u>	<u>12 622,50</u>	<u>30 331,18</u>	<u>450 529,21</u>	<u>467 636,85</u>	<u>13 223,54</u>

Durante o exercício de 2025, foi gasto o valor de 43.341,88€ referente a remunerações do administrador executivo da Praia Ambiente.

23 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Em cumprimento do disposto no artigo 210.º do Código Contributivo, declara-se que a empresa não tem dívidas vencidas à Segurança Social a à Autoridade Tributária.

Durante o exercício de 2025, não foram adquiridas ou alienadas ações próprias e, em 31 de dezembro de 2025, a empresa não detinha quaisquer ações próprias.

24 DIVULGAÇÕES ADICIONAIS

Os honorários totais faturados durante o período pelo SROC relativamente à revisão legal das DF foi de 6.370,16€, e não houve honorários faturados pelo SROC de contas relativamente a outros serviços.

25 MATÉRIAS AMBIENTAIS

Os ativos de carácter ambiental foram todos adquiridos em exercícios anteriores, estando valorizados ao seu custo histórico. Não existem passivos desta natureza, efetivos ou potenciais, nem quaisquer riscos que justifiquem a constituição de provisões específicas.

26 SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

Os subsídios são destinados a investimento e encontram-se a ser reconhecidos em resultados de acordo com o período de vida útil dos ativos tangíveis respetivos.

Para além disso, existem ainda mais programas que envolvem subsídios á exploração e que foram reconhecidos como rendimentos do período de acordo com os gastos incorridos.

27 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Encontra se a decorrer o período de solicitação de esclarecimentos e de elementos adicionais, por parte do Tribunal de Contas, no âmbito da internalização dos empréstimos associados a três imóveis pertencentes à Praia Ambiente e utilizados pelo MPV. Caso não se verifique o visto do Tribunal do Contas, não será possível a conclusão do processo de internalização dos imóveis no MPV.

28 APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A 8 de abril de 2026 foi autorizado pelo órgão de gestão as presentes demonstrações financeiras, podendo vir a não ser aprovadas pela Assembleia Geral da empresa.

O resultado líquido do presente exercício é negativo, no montante de 162.739,54 euros.

É proposto em reunião do Conselho de Administração que o resultado líquido de 2025 seja aplicado em resultados transitados no valor de 162.739,54 euros.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Assinado por: **Cesário João Pamplona Homem de Meneses**
Num. de Identificação: 10963693

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Assinado por: **Emanuel Raimundo Pereira de Sousa**
Num. de Identificação: 14080047
Data: 2026.04.09 16:00:57+00'00'
Certificado por: **SCAP Autárquico – Administração Eleitoral**
Atributos certificados: **Vereador da Câmara Municipal de Vila da Praia da Vitória**

Assinado por: **JOHN AZEVEDO BRANCO**
Num. de Identificação: 13225246
Data: 2026.04.10 09:51:26+00'00'
Certificado por: **SCAP Autárquico – Administração Eleitoral**
Atributos certificados: **Vereador da Câmara Municipal de Vila da Praia da Vitória**

